



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História

RAPHAEL ZENAS ROCHA DA SILVA

**O ensino de história e processo de independência do
Brasil: alternativas para outras abordagens**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**Brasília
2018**

RAPHAEL ZENAS ROCHA DA SILVA

**O ensino de história e processo de independência do
Brasil: alternativas para outras abordagens**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História, do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de licenciatura em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Flávia Magalhães Pinto

Brasília
2018

RESUMO

A narrativa oficial sobre o processo de independência do Brasil foi construída a partir de diversos mitos fundacionais fomentados pelas instituições ligadas ao poder -como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - que pouco revelam os múltiplos conflitos, excluem da discussão os agentes históricos considerados subalternos, e alimentam uma consciência histórica aquém do complexo quadro do final do século XVIII e início do XIX. Nesse sentido, o trabalho se propõe, a partir da reflexão e análise entrecruzada e comparativa entre diferentes documentos voltados para o ensino de história e respeitando o previsto na Base Nacional Comum Curricular, a apresentar alternativas para o desenvolvimento da temática da independência em sala de aula, de forma dialógica e horizontalizada, que apresente o papel fundamental que negros e indígenas tiveram nesse período, inclusive com projetos próprios de futuro não submissos aos interesses da elite que proclamou a independência brasileira e que relacione materiais educacionais variados, estabelecendo um diálogo entre esses recursos.

Palavras-chave: Independência do Brasil. Ensino de história.

ABSTRACT

The official narrative about the process of independence of Brazil was constructed from several foundational myths fomented by the institutions related to the power - like the Brazilian Historical and Geographical Institute - that little reveal the multiple conflicts, exclude of the discussion the historical agents considered subalternos ,and nourish a historical consciousness short of the complex framework of the late eighteenth and early nineteenth centuries. In this sense, the work proposes, based on the cross-referenced and comparative analysis and analysis between different documents focused on the teaching of history and respecting the predicted in the National Curricular Common Base, to present alternatives for the development of the theme of independence in the classroom, in a dialogical and horizontalized way, that presents the fundamental role that blacks and indigenous people had in that period, including their own future projects not subordinated to the interests of the elite that proclaimed the Brazilian independence and that relates diverse educational materials, establishing a dialogue between these resources .

Key Words: Independence of Brazil. History teaching. Historical consciousness.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| Figura 1 – Tiradentes Esquartejado, pintura a óleo de Pedro Américo (1893) (Reprodução). | 39 |
| Figura 2 – João Teófilo. Aquarela. Coleção Particular (2015) (Reprodução). . . | 40 |
| Figura 3 – Autoria desconhecida, 1802. Gravura. Fundação Biblioteca Nacional (Reprodução). | 45 |
| Figura 4 – Ilustração de J. Cunha para o Caderno de educação do Ilê Aiyê. (Reprodução). | 48 |
| Figura 5 – Ilustração de J. Cunha para o Caderno de educação do Ilê Aiyê. (Reprodução). | 49 |

SUMÁRIO

| | | |
|-----|---|----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 6 |
| 2 | OS DIVERSOS PROJETOS E AGENTES HISTÓRICOS DAS INDEPENDÊNCIAS NA AMÉRICA E AS SINGULARIDADES DA CONJURAÇÃO BAIANA (1798) | 8 |
| 2.1 | Os diferentes projetos e sujeitos das Independências na América em conflito com o domínio espanhol | 8 |
| 2.2 | Novas leituras sobre o processo de independência do Brasil . . | 15 |
| 2.3 | Especificidades da Conjuração Baiana (1798) | 24 |
| 3 | MATERIAIS DIDÁTICOS DIVERSOS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA | 31 |
| 3.1 | Leituras de Independência | 33 |
| 3.2 | “Conjuração Baiana” e “Revolta dos Búzios”: diálogos com a memória | 43 |
| 4 | POSSIBILIDADES PARA OUTRAS ABORDAGENS: ‘A EXISTÊNCIA DE OUTROS MUNDOS’ | 54 |
| 4.1 | Plano de aula | 59 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 64 |
| | REFERÊNCIAS | 65 |

1 INTRODUÇÃO

O movimento independentista que se alastra nos territórios sob domínio colonial português e espanhol, no final do século XVIII e no início do século XIX, foi repleto de idas e vindas, conflitos, disputas e diferentes sujeitos históricos com diversos projetos de futuro que não se restringiam aos trajetos tomados como nacionais pelas elites. No entanto, no caso brasileiro, assim como outros países da América Latina, a narrativa oficial incentivada por esses Estados-Nação lançou mão de diversos mitos fundacionais que vão de encontro a essas características. Por exemplo, a tendência em analisar a formação do Estado sob a ótica da continuidade, como se a formação do Império do Brasil fosse uma evolução inevitável dos territórios que compunham a porção americana sob domínio lusitano, visão essa embasada pela historiografia produzida pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) ao longo do século XIX (MACHADO, 2005); ou a ideia de que as classes subalternizadas, negros, indígenas e mulheres, não tiveram papéis fundamentais nesse processo e estavam apenas submissos aos objetivos tecidos entre as elites.

Nesse sentido, questões fundamentais, que hoje são centrais nas discussões sobre independência, foram deixadas em segundo plano pelos debates historiográficos na tentativa de validar essa narrativa. Assim, o processo de emancipação da América foi esvaziado de algumas de suas principais características e às vésperas do aniversário de 200 anos da independência, esses paradigmas estabelecidos pela historiografia tradicional ainda se relevam fortemente enraizados no imaginário coletivo, mesmo com o avanço e ampliação das discussões.

Sendo assim, a proposta do trabalho é oferecer algumas alternativas para se desenvolver a temática da independência brasileira em sala de aula de forma horizontalizada, dialógica, e que revele o papel preponderante que negros e indígenas tiveram nesse processo. Para isso, o trabalho irá se estruturar da seguinte maneira: o primeiro capítulo traz um breve apanhado dos diferentes projetos e sujeitos das Independências na América espanhola, uma revisão bibliográfica a respeito das novas leituras sobre o processo de Independência do Brasil e, por fim, as especificidades da Conjuração Baiana (1798); a segunda parte se desenvolve a partir da observação e análise entrecruzada de três objetos educacionais distintos; e o terceiro capítulo que se constitui na apresentação de um plano de aula, como forma de oferecer algumas alternativas para o desenvolvimento da temática em sala.

Sobre o capítulo dois, é importante apontar que análise se dará a partir do *Caderno de Educação do Ilê Aiyê - Revolta dos Búzios: 200 anos* (1999), obra de autoria coletiva que corresponde ao sétimo volume da coleção editada no âmbito do Projeto de Extensão Pedagógica do bloco afro sediado em Salvador e de dois manuais

didáticos selecionados pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD): a “História Global”, 3ª Edição, de Gilberto Cotrim (2016) e o “História, Sociedade e Cidadania”, 2ª Edição, de Alfredo Boulos Júnior (2016), ambos destinados a turmas do segundo ano do ensino médio. Além disso, cabe ressaltar que o Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017, unificou as ações de aquisição e distribuição de livros didáticos e literários, antes contempladas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). A intenção do programa é avaliar e disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e também às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público. (BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018c)

Por fim, antes do primeiro capítulo, é fundamental apontar o que prevê a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) acerca do processo de independência do Brasil. A BNCC do Ensino Médio propõe que na área de Ciência Humanas e Sociais Aplicadas, constituída por Filosofia, Sociologia, Geografia e História, haja “a ampliação e o aprofundamento das aprendizagens essenciais desenvolvidas até o 9º ano do Ensino Fundamental, sempre orientada para uma educação ética”. Por sua vez, a BNCC do Ensino Fundamental prevê objetivos de conhecimento e habilidades a serem desenvolvidas de forma mais detalhada. Coloca como objetivo de conhecimento o processo de independência nas Américas, espanhola e dos Estados Unidos da América, a revolução do escravizados em São Domingos e seus múltiplos significados e desdobramentos e “os caminhos” até a independência do Brasil. Além disso, cumpre elucidar algumas habilidades previstas no documento, como identificar a Revolução de São Domingos como um vento singular e identificar e explicar os protagonismos e a ação de diferentes grupos sociais e étnicos nas lutas de independência do Brasil, da América espanhola e do Haiti. Nesse sentido, a proposta do trabalho é, também, considerar o que está previsto como currículo comum para os estudantes do ensino básico do país.

2 OS DIVERSOS PROJETOS E AGENTES HISTÓRICOS DAS INDEPENDÊNCIAS NA AMÉRICA E AS SINGULARIDADES DA CONJURAÇÃO BAIANA (1798)

2.1 Os diferentes projetos e sujeitos das Independências na América em conflito com o domínio espanhol

Tendo em vista o cotidiano de ensino de História na Educação Básica, o desafio de estabelecer uma abordagem crítica acerca do processo de independência do Brasil, entre outras questões, passa pela problematização dos sentidos construídos e reproduzidos nos mitos fundadores da Nação; pela identificação de diferentes projetos de futuro em disputa na sociedade colonial de fins do século XVII e início do XIX; e pelo reconhecimento da ação de indivíduos e grupos não apenas das elites, mas em especial aqueles considerados subalternos nesse processo, a exemplo de sujeitos de origem africana, indígenas e mulheres. Como efeito, uma vez que, tal como apontam Ansaldi e Giordano (2012), sociedades que compartilham dinâmicas de funcionamento semelhantes também guardam diferenças entre si, seria um erro tratar desse assunto desconsiderando os processos de independência dos países vizinhos ao Brasil, sobretudo diante dos limites de entendimento dos/as alunos/as acerca das experiências latino-americanas (Damas, 1999 apud. Ansaldi; Giordano, 2012).

O historiador afro-colombiano Múnera (1998) observa que José Manuel Restrepo, em seus escritos de 1827 sobre as lutas de independência no vice-reino de Nova Granada fixa uma série de mitos fundamentais ainda hoje vigentes em nações como Venezuela, Colômbia, Equador e Panamá, que basicamente formavam esse território colonial. Um deles decorre da afirmação de que Nova Granada, no momento da independência, compunha uma unidade política com uma autoridade central bem definida. Segundo Múnera, o primeiro impulso de formação nacional fracassou justamente porque em nenhum momento Nova Granada existiu como unidade política. De maneira análoga ao caso brasileiro, o que existia eram várias elites regionais com projetos distintos e conflitantes para o futuro, as quais não eram os únicos segmentos populacionais a fazer isso.

Lynch (2009) corrobora esse entendimento ao defender que, no final do século XVIII, a Espanha, após três séculos de dominação colonial, era uma metrópole ainda não desenvolvida, e que os hispano-americanos seguiam vendo em sua pátria mãe uma imagem de si de mesmos. Não por acaso, as reformas borbônicas, na segunda metade do século XVIII, mais especificamente durante o reinado de Carlos III (1759-1788), que tinham como meta principal reformar as estruturas das relações de comércio existentes e desenvolver a produção agrícola, promoveram uma reorganização do comércio colonial de modo a assegurar os retornos em benefício da Espanha, fazendo

com que o papel das colônias na América permanecesse o mesmo: consumir os produtos espanhóis e fornecer determinados produtos tropicais e metais preciosos. Contudo, como defende Rodríguez (2006), os americanos se opunham às inovações movidas pela política borbônica e a modificavam em seu favor.

No Peru, por conta da política posta em prática pelos Bourbons, existiram repetidas revoltas indígenas no século XVIII, culminando no surgimento da liderança bastante conhecida da América espanhola, Gabriel Túpac Amaru, um cacique instruído e descendente da família real inca. Túpac Amaru começa suas reivindicações em favor das reformas de maneira pacífica, em 1770, quando procura a justiça dos tribunais espanhóis para apresentar suas propostas. Todavia, a via pacífica fracassa, e o líder chefia seus seguidores em uma violenta revolta, atacando corregedores, saqueando e ocupando as aldeias. A insurreição se inicia em Cuzco (1780), alastra-se por grande parte do sul do Peru e depois avança pelas províncias andinas no alto Peru. De acordo com John Lynch (2009), o movimento liderado por Tupac se diferenciou por seu líder ter ligações com o comércio e o transporte regional, dando a revolta uma cadeia coerente de comando, um forte recrutamento e uma continuidade na liderança. Outra vez, os criollos se alinharam com toda a ordem para conter o grupo de Túpac Amaru e, depois de um combate violento que deixou mais de 100 mil mortes, o movimento se desintegrou; os chefes indígenas foram brutalmente assassinados e seus apoiadores foram perseguidos até a morte.

Outro recurso importante na tentativa de assegurar o domínio colonial espanhol na América, mas que acabou aprofundando as tensões na região foi a criação das Juntas Governativas. Todavia, a formação dessas Juntas faz parte de um processo amplo em que as distintas regiões da monarquia espanhola reagiram contra a deposição de Carlos III por parte dos franceses, constituindo um esforço para criar um organismo que governaria em seu lugar. Com isso, ficou explícito o choque de interesses entre as províncias capitais dos Vice-reinos e as demais, que não concordavam com as decisões tomadas por esses centros de poder. De acordo com Rodríguez, “este fenómeno no solo ocurrió en el Reino de Quito, sino también en Venezuela, Nueva Granada, Río de la Plata y Chile. En todas estas regiones, las capitales de provincia afirmaron su derecho a representar a los pueblos de su zona”. Esse esforço de fixação de centros de poder e de representação política por meio das Juntas Governativas marca o estabelecimento definitivo do conflito de interesses a partir e entre as elites locais“(RODRÍGUEZ, 2006, p. 33).

Outro exemplo é dado pelo Vice-Reino do Rio da Prata, instituído em 1776, em resposta às invasões militares e econômicas portuguesas e britânicas na região. Os seus limites continham territórios da atual Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai, e fazia da província de Buenos Aires a capital da nova unidade administrativa. Segundo

Andrews (1989), os colonos apostavam que a localização de Buenos Aires, nas costas do Rio da Prata e na desembocadura dos rios Uruguai e Paraná, faria da cidade o principal porto do Atlântico da parte meridional da América do Sul. No entanto, a política espanhola de controle frustrava essas expectativas ao não incluir o porto entre aqueles que podiam realizar comércio com a Europa. Isso, porém, não impediu as práticas de contrabando, que beneficiavam, sobretudo, os funcionários locais que comercializavam os produtos na Argentina, Paraguai, Chile e Bolívia. Após 1778, com o estabelecimento do comércio livre, apesar de limitado aos navios de bandeira espanhola, Buenos Aires passou a adquirir uma crescente importância comercial, sem deixar de realizar comércio ilegal com estrangeiros, principalmente portugueses e britânicos. De fato, o comércio floresceu e a população da cidade subiu 50% de 1778 a 1810, em especial via a entrada de imigrantes atraídos pela nova importância econômica e administrativa. De acordo com George Andrews (1989), a derrubada do governo espanhol causada pela invasão de Napoleão na Espanha, em 1808, mobilizou uma vigorosa oligarquia comercial pronta e disposta a preencher o vazio de poder em Buenos Aires. Em maio de 1810, o município tomou oficialmente a autoridade que era exercida pelo Vice-Rei e, seis anos mais tarde, o Congresso das Províncias Unidas do Rio da Prata declarou a região independente do governo espanhol.

De todo modo, em razão de disputas internas envolvendo outras províncias e outros territórios do vice-reino, o movimento deflagrado naquele ano só triunfou completamente em 1825. Processo semelhante também se deu em Nova Granada. Cartagena das Índias entrou no século XVIII em ruínas e abandonada por conta dos constantes saques dos piratas na região costeira, o que fez com perdesse o posto de principal porto negreiro espanhol na América para Buenos Aires, segundo Múnera (1998). Entretanto, a partir de 1760, as reformas borbônicas, favoreceram o fortalecimento de sua estrutura militar e a expansão do comércio legal, o que afetou, por sua vez, as relações com a capital do Vice-Reino, Santa Fé de Bogotá, e até mesmo com a Coroa espanhola.

O investimento no aparato militar e nas obras de fortificação em Cartagena, principalmente no último quarto do século XVIII, de acordo com Alfonso Múnera (1998), trouxe consequências importantes para a província: consolidação como centro forte da Nova Granada para a defesa contra ameaças exteriores e para a garantia da paz interna; aumento do nível de dependência da cidade em relação aos recursos vindos de fora – além de México e Quito, agora, todas as províncias de Nova Granada deviam enviar seus excedentes para cobrir os gastos de Cartagena; crescimento notável da população; e, por fim, fortalecimento da economia local da cidade. No final do século XVIII, pela primeira vez se podia falar de um grupo de comerciantes de Cartagena: “En el último cuarto del siglo XVIII, el grupo de los comerciantes avecindados en la ciudad tenía en sus manos el control de la política municipal y hacía parte de las altas clases

sociales” (Múnera, 1998, p. 87). A partir disso, essa comunidade de comerciantes em Cartagena acreditava que podia intervir de maneira ativa no progresso da cidade e direcioná-la a seu modo. Esse fato gerou atritos com as grandes casas mercantes de Cádiz e desencadeou um conflito de grande repercussão com as autoridades do Vice-Reinado e as elites de Santa Fé de Bogotá. Em 1789, comerciantes se dirigiram à coroa com um extenso memorial pedindo a criação de um consulado de comércio em Cartagena. Em 1790, o Conselho das Índias se mostrou favorável à petição, e esse foi estabelecido em 1795. Porém, os comerciantes de Santa Fé de Bogotá se levantaram de maneira furiosa contra o consulado, pois frustrava as intenções da elite comercial que desejava que Cartagena fosse um mercado para a farinha de trigo produzida no interior. Todavia, Cartagena era acostumada a se auto abastecer através de trocas com o ultramar, e tentava estabelecer um comércio mais aberto com as colônias vizinhas e os Estados Unidos. A partir disso, esse conflito de interesses comerciais entre as províncias do Vice-Reino de Nova Granada intensifica-se cada vez mais até que se transforma em guerra aberta durante o período de independência.¹

Em ambos os casos, esses conflitos de projetos para o futuro demonstram que “los americanos buscaban igualdad y autonomia, no [necesariamente] independencia”. Nesse sentido, no período que antecede a independência, diferentemente das versões das histórias nacionais desenvolvidas no século XIX, os interesses econômicos não eram homogêneos e não estavam unificados numa visão de nação independente. (Rodríguez, 1989, p. 33)

Outro aspecto fundamental de observar sobre o processo de independência da América em relação ao domínio espanhol é o papel dos grupos subalternizados nesse processo. De acordo com Múnera (1998), outro mito difundido em relação a esse processo se refere ao modo de analisar a independência como obra exclusiva dos Criollos. Índios, negros e castas² teriam se alinhado a favor do império ou teriam tido um papel passivo, sob comando da elite dirigente. Na contramão disso, como demonstrado em trabalhos historiográficos recentes, esses grupos tiveram participação efetiva e muitas vezes decisiva, com seus próprios projetos e interesses nesse processo.

Começemos, então, por Cartagena. As mudanças econômicas, sociais e políticas vivenciadas no final do século XVIII e início do XIX fizeram com que surgissem novas forças sociais na cidade, em particular, o fortalecimento de uma nova classe de “negros livres” e de “mulatos artesãos”. O monopólio do comércio exterior e do tráfico de escravizados transformou radicalmente a vida social de Cartagena, fazendo

¹ Como elucidado, sobre o estabelecimento das Juntas Governativas, a terceira se formou em Quito, em 1809. No entanto, seus objetivos foram questionados por Popayan, Cuenca e Guayaquil que reagiram; não estavam contra a revolução quiteña, e sim contra a pretensão da capital de representar todo o reino (Rodríguez, 2006).

²

Pessoas de ascendência racial mista. (Andrews, 1989, p. 41-42)

das pessoas de origem africana a maioria nas fazendas e nas ocupações urbanas, transformando a cidade num território predominantemente negro – de diferentes tons de pele. Na cidade, “mais de 80% dos artesãos contados como tais em 1778 eram negros ou mulatos” (Múnera, 1998, p. 92). Isso por certo fazia da composição social de Cartagena algo um tanto diferente do resto de Nova Granada. Isso certamente tem relação com o estabelecimento das milícias de pardos, com privilégios próprios do foro militar, um instrumento de ascensão dos grupos dos chamados “artesãos mulatos”. Com efeito, as milícias de pardos tiveram um papel fundamental no movimento de independência de Cartagena, sobretudo, a partir do líder popular pardo, Pedro Romero.

Conforme aponta Alfonso Múnera (1998), a partir de 1807 a situação em Cartagena passava a ser dramática para o povo; faltava alimentos, havia uma elevação dos insumos de primeira necessidade e o comércio legal se encontrava em declínio. As elites acusavam as autoridades de Santa Fé de Bogotá pela situação que se encontrava cidade e começavam a falar em favor da importação de farinha livremente para baratear o pão. No meio desse imbróglio, Francisco Montes chegava, em outubro de 1809, para ser o novo governador da província sem entender as dinâmicas próprias da cidade e por isso despertou animosidades entre os dois setores principais da cidade: os militares e o povo; reduzindo os gastos militares, paralisando as obras públicas e dizimando as medidas de segurança. A partir disso, inicia-se um movimento pela deposição do governador, no qual existiu um trabalho consciente da elite crioula para envolver os setores populares no golpe de junho de 1810, sem a intenção de provocar atos de violência.

Porém, o que parece ter havido foi uma aliança política entre Garcia de Toledo, representante da elite crioula, e Pedro Romero e Solano, artesãos mulatos considerados lideranças do bairro de Getsemaní. De acordo com um dos poucos relatos desse período que cita a participação popular:

“el pueblo no es llevado a la plaza por los líderes criollos sino por sus líderes o comisionados mulatos, previa negociación con aquéllos. Negros, mulatos y zambos armados de machetes, en número crecido, impusieron en el gobernador la idea de que no tenía sentido oponerse” (Múnera, 1998, p. 178).

A deposição do governador – que significava, em última instância, o início da luta por autonomia – deveu-se, sobretudo, à atuação dos líderes mulatos que mobilizaram o povo e atuaram em comum acordo com as elites. No entanto, essa aliança foi transitória.

Após a expulsão, o Cabildo tomou duas medidas essenciais: autorizou a criação de batalhões de patriotas voluntários de brancos e pardos, sendo que o primeiro deles foi os Lanceros de Getsemaní, integrado basicamente por artesãos mulatos do bairro e dirigidos por Pedro Romero, que se tornou coronel dos exércitos da província; e a segunda medida, que estabeleceu, em 14 de agosto de 1810, a Junta Suprema do

Governo de Cartagena, que veio como reposta ao estabelecimento de um órgão de igual teor em Santa Fé de Bogotá e a necessidade da concentração de poder em um novo organismo de origem mais democrática, de modo a propiciar a obediência e lealdade do povo (MÚNERA, 1998). Após o golpe, a Regência da Espanha condenou duramente as ações contra o governador deposto e enviou um brigadeiro para seu lugar, José Dávila. Porém, os criollos da Junta de Governo decidiram enfrentar as decisões e não permitiram a entrada dele na cidade. Para isso, o batalhão de Getsemaní se encarregou da vigilância da cidade durante os dias que Dávila ficou aguardando para saber se conseguiria entrar na cidade. Segundo o que afirma Alfonso Múnera (1998), a proibição foi decisiva na quebra da aliança entre os espanhóis e criollos, já que os peninsulares são levados, a partir disso, a atuar contra a junta. Vários espanhóis vão para Santa Marta, onde o governador estava encarregado de eliminar a Junta de governo e restabelecer o domínio espanhol.

Apesar dessa evasão, um grupo importante de militares e comerciantes peninsulares permaneceu na cidade com a intenção de colocá-la sob o domínio do rei. Mesmo após a decisão solene da Junta, no final do ano de 1810, de reconhecer as Cortes espanholas recém instaladas na ilha de León - expressão máxima da vontade de se chegar a um acordo com a Espanha – esse grupo tentou, em fevereiro de 1811, prender os criollos da Junta, enviá-los para Cádiz e restabelecer o domínio real. Contudo, a ação não se realizou graças à intervenção de um criollo ilustrado, Antonio de Narváez, que com o peso de seu cargo militar obrigou os soldados a retornarem para o quartel. Apesar disso, a reação do povo ao saber das notícias foi violenta e de difícil controle (Múnera, 1998). Segundo os relatos de Manuel Trindad, tenente do batalhão dos voluntários pardos, o povo começou a capturar por conta própria os comerciantes e militares espanhóis envolvidos no complô. “En su versión de los sucesos de febrero, el líder máximo de los criollos, García de Toledo, llamó ai día 4 uno ‘de los más funestos de la pátria’, por los actos de violencia cometidos por los negros y mulatos del bajo Pueblo” (Múnera, 1998, p. 184).

Do dia 6 ao dia 10 de fevereiro, as prisões seguiram acontecendo, de forma mais lenta, porque os principais envolvidos já estavam presos e porque o povo passava a ouvir as aclamações de Garcia de Toledo para que autoridades tomassem as devidas providências. Ademais, é interessante observar que a primeira atuação da Junta ao saber do complô foi a de tentar negociar com os dirigentes espanhóis um indulto geral para os militares envolvidos na insurreição. Ou seja, as prisões dos envolvidos foi iniciado por grupos espontâneos de mulatos, zambos e negros do povo pobre, armados com pedras e paus, e somente depois se somaram a eles os batalhões organizados. À luz desses dados, não se pode ignorar a importância decisiva desses segmentos em apressar a quebra da aliança entre criollos e peninsulares.

Nove meses depois, em 11 de novembro de 1811, as elites criollas foram forçadas pelos negros e mulatos de Getsemaní a proclamar a declaração da independência absoluta de Cartagena. As decisões das Cortes estabelecidas em Cádiz afetaram a maioria da população, composta por negros e mulatos, especificamente, pelo artigo 22 da Constituição que negava o direito de cidadania a esses homens³. A partir disso, os dirigentes e artesãos mulatos passaram a identificar a conquista da igualdade com independência e Pedro Romero, à frente dos Lanceros de Getsemaní e do restante do povo do bairro, assaltou o armazém de armas da cidade, invadiu o salão onde a Junta se reunia e exigiu que se declarasse a independência absoluta de Cartagena (Múnera, 1998). A partir do exposto, fica evidente o papel preponderante que o povo exerceu nos acontecimentos políticos de Cartagena.

Em Quito, por sua vez, a presença indígena formava a maior parte da população e, com a aprovação da constituição de Cádiz (1812), que outorgava igualdade política aos indígenas, foi possível que a resistência se desse pela dominação dos governos nas áreas em que residiam. No entanto, de acordo com Jaime Rodríguez (2006), existem poucas evidências da existência de uma unidade indígena no reino de Quito.⁴

Segundo John Lynch (2009), as últimas políticas borbônicas acentuaram as divisões entre espanhóis e criollos. Estes tinham a consciência de que estavam entre a tensão com os espanhóis e a pressão social do povo, e se esforçavam para manter as pessoas de cor distantes. Assim, o fator raça se tornou mais complexo devido a interesses sociais, econômicos e culturais; a supremacia branca era contestável, pois havia uma massa de índios, mestiços, negros livres, mulatos e escravizados que compunham a população. Em algumas regiões, uma revolta de escravizados era tão temida, que os criollos não abandonariam o abrigo colonial, nem desertariam das fileiras dominantes. A elite opunha-se ferozmente ao avanço da gente de cor, tentando proibir o ingresso nas milícias, pois essas dariam a eles um instrumento de revolução, sem melhorar significativamente a defesa. “Temiam uma guerra com os castas, instigados pela doutrina revolucionária francesa e pela violência contagiosa de Saint-Domingue” (Lynch, 2009, p. 51). As revoltas subsequentes revelaram tensões, instabilidades e

³ Além disso, uma outra exigência era de que os oficiais das milícias pardas também o fosse (Múnera, 1998).

⁴ Os indígenas de Sierra – Cuenca e Loja – uniram-se em torno da defesa do rei e, após a aprovação da constituição de Cádiz, começaram a formar câmara municipais baseadas no art. 310. A constituição tornava-os cidadãos plenos da nação espanhola, abolindo as obrigações baseadas em origens étnicas e a tentativa de retomar a cobrança de tributos dessa espécie, após a revolução supressão da revolução quiteña, gerou represálias como o abandono das tropas realistas por eles e a recusa em pagar os impostos. Ademais, as autoridades descobriram que os indígenas de Loja estavam em comunicação com os de Turillo (Peru), revelando uma rede de comunicação e um ativismo político indígena vigoroso (Cf. Rodríguez, 1989). Sobre a ação indígena, também é bom apontar que em Bogotá, as reações contra os tributos superaram o medo da população em relação ao famoso movimento dos comuneros, fazendo com que os chefes desses últimos se unissem com as autoridades para a supressão do movimento (Cf. Lynch, 2009).

conflitos raciais e sociais enraizados - e abafados durante o século XVIII - e explodiram quando a tensão criou uma aliança contra a administração colonial, dando ao povo a oportunidade de protestar.

A partir do exposto, fica evidente a variedade de conflitos e projetos políticos e econômicos protagonizados pelas elites criollas e também por populações negras livres, indígenas e mestiços na América sob o domínio colonial espanhol. Ou seja, não existia uma noção de nação que envolvesse essas regiões num objetivo comum, nem unidade em torno de um projeto da independência definitiva. Como veremos na próxima seção, nas regiões que compunham a parcela sob controle português, isso também se deu.

2.2 Novas leituras sobre o processo de independência do Brasil

O processo que culminou na independência do Brasil esteve repleto de conflitos, rupturas, dissidências e disputas que alcançam questões como as expectativas acerca da relação com o domínio colonial; as discussões em torno da nacionalidade e a identidade nacional; as tensões raciais já existentes e acentuadas após a revolta de gente livre de cor e a revolução impulsionada por homens e mulheres escravizados na ilha de São Domingos, que resultou na independência do Haiti; e o embate entre os diferentes grupos políticos em defesa de projetos distintos para o futuro. A despeito desse cenário diverso, a historiografia produzida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), no século XIX, estabeleceu a tendência de analisar a formação do Estado nacional brasileiro sob a ótica da continuidade, como se a formação do Império do Brasil fosse uma evolução natural ou inevitável na porção da América sob colonização portuguesa (Machado, 2005).

Diversos mitos de origem foram acionados a fim de sustentar essa tese. Entre esses, reportava-se ao Padre Antônio Vieira, que, na ocasião da crise gerada pela Guerra de Restauração (1640-1668), sugeria que o reino de Portugal fosse transferido para as Américas, a fim de que, aproveitando-se das potencialidades da terra e fazendo cumprir uma missão divina de Portugal, se fundasse um poderoso Império a unir todo o mundo em sua grandeza (LYRA, 1994).

Tempos depois, ali por volta de 1960, o enquadramento teórico predominante na historiografia da independência brasileira estava baseado na abordagem de Caio Prado Jr, que buscava estabelecer o sentido da colonização inserindo a história do Brasil num contexto senão mundial, aos menos ocidental – tese esta que serviu de base para a teoria de dependência. De acordo com Malerba (2005), quem melhor definiu a Independência a partir dessa perspectiva foram os professores da USP Fernando Novais e Carlos Guilherme Mota. Os autores interpretam a independência

por meio de um paralelismo com a passagem do feudalismo para o capitalismo, em um processo de longa duração. Trata-se de uma tentativa teórica de explicar um fenômeno eminentemente político por meio de fatores macroestruturais de longa duração, mas que não delimita as ações dos agentes históricos. Para Malerba - perspectiva da qual compartilho - essa interpretação negligencia o papel das relações sociais vividas pelos sujeitos no desenrolar do processo histórico. Assim, “um processo eminentemente social, ideológico e político, como foi a Independência do Brasil, se torna derivação de um macroprocesso econômico” (Malerba, 2005, p. 106). Mesmo concordando com a elaboração acerca da formação de um sistema-mundo desde a expansão europeia na era moderna, isso não dá a plena medida das histórias das diferentes populações do globo.

Ocorre que, desde a virada do século XXI, segundo Malerba e Kraay (2010), houve uma renovação da historiografia brasileira, por meio da qual se deu maior atenção às experiências de independência hispano-americanas, trazendo novas possibilidades para as discussões sobre a independência do Brasil. Ainda de acordo com Jurandir Malerba (2005), a eclosão do movimento pós-estruturalista fez com que os esquemas macro-interpretativos fossem superados em seu potencial crítico e criativo e substituídos pelos pressupostos da nova história cultural e política. Novas questões, até então impensáveis, são colocadas em pauta, como a participação popular, inflexões de raça e cor, difusão da cultura impressa, entre outras. De tal, o que apresento a seguir é um breve balanço dessa revisão historiográfica.

A formação do Estado brasileiro passa, então, a ser vista reconhecendo os esforços de incorporação, inclusive através da força, de variados grupos, com interesses distintos. A partir disso, percebe-se um trabalho de contínua elaboração de uma identidade nacional que se estabelece em torno da educação para naturalizar a perspectiva histórica dos grupos dominantes. Dessa forma, a articulação dos elementos da consciência histórica torna-se uma arma nas disputas em torno dos rumos da coletividade (CERRI, 2001).

Ademais, tendo no horizonte os duzentos anos do aclamado grito no Ipiranga, é necessário que a reflexão histórica se aprofunde a respeito da ideia de Brasil, no sentido proposto por Schwartz (2000), para o qual essa ideia adquire um sentido plural, significando coisas diferentes, para pessoas diferentes, devendo ser reinterpretada para refletir a variedade e as discrepâncias entre os agentes sociais envolvidos. De acordo com Costa (1999), o fato de colônias inglesas, espanholas e portuguesas terem conquistado suas independências a partir da segunda metade do século XVIII e durante a primeira metade do XIX, sugere a existência de determinações múltiplas que transcendem, em alguns aspectos, o quadro nacional. Os monopólios comerciais, base do sistema colonial e concretizados na aliança entre burguesia colonial e Estado,

que limitavam a concorrência e asseguravam os lucros para mercadores e a Coroa, passaram a ser mal vistos. Nesse sentido, as pretensões dos colonos passaram a se diferenciar dos interesses da metrópole que, por sua vez, buscava reforçar ainda mais o sistema colonial.

No decorrer do século XVIII, os conflitos ganharam, então, novos contornos, de modo que o Pacto Colonial passou a ser entendido, por alguns, como um contrato unilateral. Por essa razão, as populações coloniais se tornavam bastante receptivas às ideologias revolucionárias que se difundiam na Europa e alhures, tal como expresso nas contagiadas Revolução Americana e a Revolução Francesa. Assim, nas últimas décadas do século XVIII, as tensões entre colonos e a metrópole se concretizaram em algumas insurreições como a Conjuração Mineira (1789), a Revolta do Alfaiates (1798) e, já em um momento de retomada do pensamento conservador no mundo, a Revolução Pernambucana (1817) (Costa, 1999). Para além desse quadro geral, importa aqui chamar atenção para os variados grupos sociais envolvidos nessas insurreições, as tensões raciais nelas contidas, e como os sentidos atribuídos a conceitos ilustrados difundidos no momento são diferentes, tanto para os grupos envolvidos em cada movimento quanto na evolução desses conceitos a partir de cada insurreição.

Segundo Emília Viotti (1999), as fórmulas abstratas constantes nos programas dos revolucionários a respeito desses conceitos evidenciavam os diferentes sentidos que cada grupo envolvido lhes atribuía. Na Inconfidência Mineira, a maioria dos integrantes eram proprietários e altos funcionários, mas havia entre eles figuras de origem mais modesta, como Tiradentes e algumas pessoas escravizadas e mulatos livres. No entanto, já nessa ocasião, discutia-se a possibilidade de um levante de escravizados, visto que o número deles e pretos livres superava em muito os brancos. Em relação à Conjuração Baiana, o elemento popular envolvido era mais numeroso em relação às conspirações prévias, fazendo com que o processo ganhasse contornos diferentes. Para Emília Viotti, o movimento pode ser dividido em dois núcleos revolucionários distintos em sua composição e no seu propósito: o primeiro era composto por elementos instruídos e de recursos, interessados em estabelecer uma república; e o segundo, composto por escravizados e pardos livres recrutados entre as camadas mais humildes da população, como alfaiates, sapateiros, pedreiros, cabeleireiros, soldados, lavradores que viam na revolução uma promessa de melhorar a suas condições de vida e o estabelecimento de uma política de igualdade. (Costa, 1999)

Segundo Keila Grinberg, isso foi “o que permitiu a caracterização deste movimento como o único, dentre aqueles que contestaram a ordem colonial na última década do século XVIII, que teria promovido uma aliança entre membros de grupos sociais distintos” (GRINBERG, 2002, 48). Ademais, além de existir interesses diferentes entre os membros da elite, também não existia uma unidade de propósitos

entre escravizados e pretos e pardos livres. Para esses, diferentemente dos cativos, o fim da escravidão não era necessariamente uma vantagem, já que se eliminariam as hierarquias, enfraquecendo seu frágil status social (Idem, ibidem, p. 49). Era necessário eliminar as diferenças em relação os brancos para que pudessem ser cidadãos de fato e de direito.

Todavia, o que mais aterrorizava as autoridades, “era a percepção de que negros ou mulatos, africanos ou crioulos, escravos ou livres podiam se sublevar em conjunto” (Idem, ibidem, p. 50). Nisso, é interessante ressaltar como a influência da revolta de São Domingos influenciou os acontecimentos na porção da América sob domínio português, inclusive, guinando os conceitos introduzidos pela revolução para um entendimento mais revolucionário do que o pretendido, e fazendo com que membros da elite colonial se voltassem contra os “abomináveis” princípios da liberdade que, segundo eles, eram os responsáveis pela revolução (Idem, ibidem, p. 51).

De acordo com John Lynch (2004), São Domingos era um modelo: a colônia mais produtiva do Novo Mundo e com única função de exportar açúcar e café para a metrópole. Para isso, a França instalara uma forte presença militar e burocrática na ilha com o intuito de manter essa economia baseada na manutenção de latifúndios e em uma mão-de-obra escravizada contida pela violência. Em meio a uma situação social que sempre foi explosiva, não apenas por conta da exploração de meio milhão de escravizados, mas também por conta dos conflitos instalados no seio da minoria branca, a revolução que aconteceu na metrópole em 1789 “agiu como um solvente instantâneo, liberando tensões raciais e sociais há muito reprimidas” (Lynch, 2004, p. 68).

A primeira delas, que antecede a revolta escrava, foi impulsionada por homens de cor livres, visando garantir o direitos negados a eles, como o voto e a posse. Sob liderança de Vicent Ogé, mestiço rico e letrado, que estava em Paris quando a Revolução Francesa eclodiu, um grupo de homens livres começou a pressionar a Assembleia Nacional a garantir-lhes a representação e obrigar os colonos a aceitarem o direito de voto de homens de cor livres e proprietários. Voltando a São Domingos, Vicent Ogé pressionou o então governador colonial, Conde de Blanchelande, para que garantisse o voto desses homens, mas o Conde recusou. Em outubro de 1790, juntamente com miliciano e veterano da Revolução Americana, Jean-Baptiste Chavannes, Ogé reuniu uma força de cerca de 250 à 300 homens livres de cor que conseguiu, inicialmente, derrotar as milícias coloniais enviadas para conter a revolta. No entanto, os rebeldes foram expulsos e forçados a atravessar para parte espanhola da ilha por uma força maior de soldados. Em 20 de novembro, Vicent Ogé e outros 23 revoltosos são capturados por autoridades espanhola que os devolvem para o Conde de Blachelande. Em fevereiro de 1791, juntamente com outros rebeldes que também foram punidos,

Vicent Ogé foi executado brutalmente na praça pública de Le-Cap, capital colonial, tornando-se símbolo importante na luta contra o domínio colonial (James, 2010).

Em seguida, cientes que a elite dominante estava dividida, os escravizados se insurgiram em agosto de 1791, atacaram as lavouras e seus proprietários e promoveram a longa luta pelo fim da escravidão (Lynch, 2004). Segundo James (2010), a rebelião que se inicia em 1791 levou a ilha a uma situação caótica por não possuir uma liderança definida até 1794, quando Toussaint L' Ourverture, homem negro, letrado e com grande conhecimento de guerra, assume esse papel. Toussaint aglutina um exército de combatentes ao seu lado e derrota expedições francesas, espanholas e inglesas que queriam tomar a parte francesa da ilha e suprimir o exemplo que São Domingos dava para as outras colônias.

Porém, as linhas de ação tomadas por ele tiveram consequências funestas para sua liderança do movimento e para sua própria vida. Primeiramente, tentou se aproximar de Bonaparte, sem perceber que as intenções em relação a São Domingos eram opostas a deles e da massa rebelde; em segundo lugar, tentou manter a ilha como grande produtora de açúcar, mantendo os brancos como proprietários e, mesmo livres do ponto de vista formal, os ex-escravizados foram forçados a continuar a cultivar a cana.

Em 1801, Bonaparte intervém na ilha e envia uma expedição de 25 mil soldados sob a liderança do general Leclerc, com a intenção de acabar com o levante negro e restabelecer a escravidão, este último mantido em segredo. A partir daí, a guerra que se sucedeu levou o país a uma tremenda devastação e em agosto de 1802, Leclerc conseguiu capturar Toussaint L' Ourverture que não foi sequer julgado e morreu em 7 de abril de 1803, aos 57 anos, por não resistir à dureza imposta no cárcere. Todavia, a captura do líder negro não deu a vitória a Leclerc - que faleceu, vítima de febre amarela, também em 1802 - pois Dessalines, Christophe, Clairveaux, Maurepas e Pétion e outros líderes negros, juntamente com a massa negra, derrotaram e expulsaram o exército francês e proclamaram a independência do Haiti em agosto de 1804 (Idem, Ibidem).

Até a revolta de São Domingos se iniciar, a palavra liberdade era sobretudo empregada nos termos políticos (ou econômicos) da elite envolvida nas insurreições, expressos na defesa do livre comércio. A influência principal vinha do exemplo da revolução dos Estados Unidos da América, que conseguiram produzir mudanças políticas sem comprometer as estruturas sociais. Foi a interpretação radicalizada dos princípios de liberdade defendida por partes dos insurgentes em 1798 que fez com que o interesse dos proprietários a essas ideias diminuísse consideravelmente (Grinberg, 2002). Nesse sentido, quando acontece a Revolução Pernambucana de 1817, outros elementos, como a aversão à administração monárquica que presidia o empreendimento colonial na província do Rio de Janeiro e privilegiava o Centro-Sul

em detrimento das outras possessões americanas (VILLALTA, 2003) agregam-se aos valores ilustrados que incitavam a sedição, motivando de formas distintas os diferentes grupos sociais nela envolvidos.

Outro ponto fundamental nessa ressignificação do processo de emancipação do domínio português no Brasil são as disputas entre os diferentes grupos políticos em defesa de seus projetos para o futuro. Quando são estabelecidas as Cortes em Lisboa (1821), a partir do processo iniciado pela Revolução do Porto – que fora recebido, inicialmente, com bons olhos pelos portugueses da América –, criou-se uma disputa entre as elites situadas nos dois hemisférios. A burguesia de Porto e Lisboa foi a mais prejudicada com os tratados de 1808 e 1810, que abriram os portos da América sob domínio português e acabava com o monopólio comercial. As medidas adotadas pelas Cortes, nesse sentido, desautorizavam as propostas dos deputados representantes das províncias brasileiras e colocavam em pauta um projeto que visava recolonizar as províncias americanas, revogando os tratados firmados na primeira década do século, acabando com as instituições administrativas instaladas, sobretudo, no Rio de Janeiro e, por fim, defendendo a volta de Dom João VI para Portugal (RIBEIRO, 2002).

Apesar de essas disputas se acentuarem cada vez mais, como aponta Gladys Sabina Ribeiro (2002), ambas as elites concordavam com a continuidade da união em territórios em torno da Nação portuguesa, mas discordavam das condições dessa união. Nesse sentido, torna-se fundamental observar que, durante esse período que antecede a ruptura definitiva entre Brasil e Portugal, esses brasileiros se enxergavam como portugueses do além-mar. É bem verdade que alguns conflitos já tinham aparecido. De acordo com Luiz Carlos Villalta (2003), a Revolução Pernambucana, de 1817, inaugura esses tensionamentos.

No entanto, o que se quer observar aqui é o fato de que a identificação de uma suposta nacionalidade brasileira, mesmo depois de proclamada a Independência do Brasil, ainda estava distante da rigidez apontada pela historiografia posterior que determinou que essa nacionalidade teria surgido entre fins do XVIII e os anos 1840. Sendo assim, é imprescindível observar essa identidade como um processo histórico que surge “como fruto dos embates sociais, podendo ter múltiplos sentidos, de acordo com os momentos e os agentes sociais envolvidos” (Ribeiro, 2002, p. 28).

Ainda a respeito das disputas dos grupos políticos no período, outro fator a ser observado é que o projeto político que rompe com Portugal, depois de várias tentativas de se manter unido a ele, era um projeto que, centrado na figura de Dom Pedro I, unia basicamente os interesses das elites das províncias de Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e as situadas mais ao Sul, beneficiadas pela prevalência político-administrativa desde a vinda da família portuguesa para o país e profundamente avessa à ideia recolonizadora das Cortes, que retirava a autonomia econômica do

Brasil (Idem, ibidem). Nas províncias situadas ao Norte e ao Nordeste, os interesses eram diferentes e, para aderirem ao projeto, precisavam ser convencidas de que a independência encabeçada pelo Rio de Janeiro era a melhor solução. Prova disso são as tardias adesões do Pará e da Bahia, fortemente influenciadas pela dissolução definitiva das Cortes lisboetas, ao final de 1823. No caso dessas províncias, o intuito das elites, por questões inclusive geográficas, estava mais próximo ao mantimento dos laços com Portugal, até mesmo com o envio de tropas lusitanas para defender esses territórios, como aconteceu na Bahia.

No entanto, as possibilidades não estavam circunscritas à adesão às Cortes de Lisboa, ou ao projeto personificado em Dom Pedro I. Como analisa Machado (2005), existia a alternativa da formação de um bloco regional aventado pelas elites das províncias do Pará, Maranhão, Mato Grosso, Piauí e o norte de Goiás que recuperava áreas de influência coloniais que, embora enfraquecido no período, foi o suficiente para se pensar uma alternativa aos projetos do Sul e de Portugal. Nesse sentido, existia uma dependência econômica, política e militar entre essas províncias, sobretudo em relação ao Pará, que possibilitava que elas se ajudassem mutuamente no intuito de, pelo menos, inexistindo a possibilidade da emancipação do bloco, fazer frente ao avanço das negociações e empreitadas militares movidas pelo Império para fazer com que as demais unidades passassem a integrá-lo. Pouco a pouco, as províncias foram aderindo ao projeto imperial e o desejo de se manter um bloco delas unidas a Portugal se esfacelou. A partir disso, e muito pela sensação de caos interno que assombrava as elites no comando no Pará que não conseguiam estabelecer hegemonia na província, no dia 16 de agosto de 1823 as autoridades do Pará juraram a Independência.

Nisso, fica claro um último fator a ser considerado para a proposta de trabalho: o medo de uma revolta de massas, acentuado pela já mencionada influência do Haiti, que como aponta Keila Grinberg (2002), salpica os documentos da época, evidenciando a existência de tensões raciais nítidas; e, somado a isso, a movimentação de resistência dos escravizados e indígenas no período. De acordo com Machado (2005), a decisão tomada pelas autoridades do Pará de aderir ao Império deveu-se muito ao medo de uma possível sublevação das massas na província, sobretudo por conta dos Tapuios. Os tapuios eram índios destribalizados que formavam um numeroso grupo espalhado por Belém, na década de 1820. Compunham grande parte do contingente dos homens pobres livres do Pará, com grande presença nas forças armadas, o que era extremamente preocupante, sendo a relação desse grupo com o resto da sociedade cercado de conflitos. Isso se dava porque a mão-de-obra indígena continuava sendo a principal força de trabalho na região e o ingresso no exército era feito mediante recrutamento violento. Além disso, a agitação política dos primeiros anos da década de 1820 coadunou com a crescente fuga de escravizados no Grão-Pará. As ideias liberais eram frequentemente associadas às fugas e agitações que ameaçavam a ordem interna e

existia a tentativa de controlar a circulação desses preceitos ilustrados. Entretanto, era difícil impedir a circulação de ideias de rebeldia que entravam na sociedade paraense.

Segundo Machado (2005), outra porta de entrada das novas ideias eram os quilombos existentes nas áreas de fronteira. Nesse sentido, Marcus Carvalho (1998) chama atenção a respeito das estratégias de resistência escrava em Recife. O quilombo de Malunguinho, por exemplo, tem sua vida e morte fortemente ligada à história política e social de Pernambuco, tendo sua expansão relacionada às brigas entre as elites brancas, entre 1817 e 1824, que abriram brechas no sistema. Ademais, existia um número elevado de quilombolas que pode ser entendido a partir das fugas dos cativos dos proprietários que se envolveram nessas insurreições. Enquanto durou, o Quilombo de Malunguinho configurou-se na alternativa mais radical para os escravizados de Recife e da zona da mata seca, daí sua importância para a compreensão da resistência escrava, não somente no interior, como na principal área urbana da província. Havia, além disso, conexões entre os quilombolas e os escravizados da cidade. Afirmativa essa que fica mais clara em 1827, quando o conselho de governo se reúne para tomar medidas efetivas contra o quilombo. Na reunião de 1827, existia o temor de que Malunguinho e seus seguidores atacassem verdadeiramente a cidade de Recife, visto que as autoridades acreditavam que eles se inspiravam na rebelião que tinha acontecido havia pouco em Salvador. Essa consciência, além deixar mais clara a existência de canais de informação entre os escravizados de Recife e o quilombo de Malunguinho, aponta para conexões entre os cativos de Pernambuco e outras províncias.

Nesse sentido, como analisa Carvalho (1998), alguns cativos habilitados profissionalmente, fingiam-se forros, e fugiam para trabalhar em navios; marinheiros escravizados também realizavam a mesma prática, mudando até de nome em alguns casos. Essas pessoas tiveram um importante papel na resistência escrava, porque ao repassar as notícias das rebeliões, acabaram influenciando a conduta dos escravizados de outros lugares. Alguns desses marinheiros chegaram até a cruzar os mares e aprender outras línguas europeias.

No Pará, a mobilização de homens pobre livres era acompanhada com apreensão pelas autoridades. Os grandes enfrentamentos entre esses homens e as autoridades paraenses se dão após a incorporação do Pará ao Império, o que mostra que esta não era a única questão em disputa no período. “Tanto era assim que, em novembro de 1823, Grenfell enviou um relatório a Cochrane solicitando reforços a fim de evitar que o Pará caísse em poder dos ‘pretos’” (MACHADO, 2005, p. 322). Em outubro, sob a liderança de Grenfell, mais de 250 homens são mortos no massacre do Brigue do Palhaço, justificado pela suposição de que negros e soldados estivessem unidos no conflito (MACHADO, 2005).

Por fim, cabe ressaltar alguns acontecimentos que apontam claramente para uma consciência racial no período. No dia 28 de maio de 1823 ocorreu em Mauná, na Ilha de Marajó, uma insurreição catalogada pela historiografia regional como revolta a favor da Independência, ainda que nela, com grande envolvimento de negros e tapuios, tenham coexistido aspirações diversas. O relato do ouvidor interino da comarca de Marajó, José da Costa Ferrão, além de enfatizar a participação de negros e tapuios, chamava a atenção das autoridades para o fato de os últimos gritarem durante o levante “que queriam pregar numa estaca a cabeça do governador e das mais autoridades; porque até agora eram governados pelos brancos, agora é que haviam de governar os brancos” (Muniz apud MACHADO, 2005, p. 338).

Em sentido próximo, acontece um levante em Recife também em 1823, logo depois da independência, que dividira a elite recifense em facções. Passada a ressaca do momento, ficou claro que o projeto de monarquia centralizadora não trouxera nada de novo para os pardos e pretos do Brasil. Em fevereiro, Pedro Pedroso, comandante das armas e com forte influência sobre o corpo de tropa, tomou a cidade de surpresa, com o auxílio das tropas e daquilo que as fontes chamavam com desprezo de “populaça”. Foi nesse período que cantaram nas ruas os seguintes versos: “Marinheiros e caiados, / todos vão acabar, / porque só pardos e pretos, / o Brasil hão de habitar” (Carvalho, 1998, p. 6).

Em 1824, acontece um outro episódio. Pouco antes de ser decretada a Confederação do Equador, a população urbana, provavelmente sofrendo de carestia por conta do bloqueio do porto de Recife e insuflada pelas ideias ilustradas, ameaçaram saquear o bairro de Recife, onde se situavam muitos comércios pertencentes a portugueses e a gente mais rica da cidade. Como no episódio anterior, não faltaram pardos pobres, negros e escravizados que cantavam os seguintes versos: “Qual eu imito a Cristovam, / esse imortal haitiano. / Eia! Imitai a seu povo, / Oh, meu povo soberano!”. (Carvalho, 1998, p. 7)

Sendo assim, primeiro é importante problematizar como as noções de cor e de raça variam com o tempo, mas ao mesmo tempo reconhecer uma evidente consciência em relação a essas questões nos episódios em debate. Como aponta Marcus Carvalho, ao se referir aos versos de 1823: “Ao dizer que tanto os marinheiros como os caiados iam ser eliminados em benefício dos pardos e pretos, esse verso denota uma clara consciência de raça e cor por parte dos não-brancos que se percebiam como pardos e pretos, engajando-se assim na luta contra o sistema”. (Carvalho, 1998, p. 13).

A partir dessas questões brevemente abordadas, fica explícito que, atualmente, as múltiplas discussões trazidas pela historiografia quebram com a narrativa da continuidade levada à cabo, no século XIX, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

(IHGB) e abrem outras perspectivas de discussão a respeito do processo de independência do Brasil.

2.3 Especificidades da Conjuração Baiana (1798)

É comum encontrar nos livros didáticos a Conjuração Baiana (1798) sendo tratada como um evento por meio do qual se estabelece as origens da emancipação política nacional, de 1822, além de tributário da Inconfidência Mineira acontecida dez anos antes. De acordo com Valim (2007), a história da história da Conjuração é um processo longo e ininterrupto de disputas e controvérsias originado na interpretação dos acontecimentos pelas autoridades locais, em 1799, nos Autos da Devassa⁵. A partir disso, a memória histórica do evento se relaciona com as disputas políticas em que a memória amplamente divulgada é aquela alicerçada nos termos da exclusão e do conflito com as versões do segmento vencido. A memória dos vencedores prevalece. Nesse sentido, é importante retomar questões a respeito das especificidades da revolta ocorrida na Bahia e os vícios de interpretação histórica originários dessa política de memória em benefício dos chamados vencedores.

Segundo Valim (Ibidem), a despeito dos acontecimentos da cidade do Salvador, os agentes régios situados na Bahia que conduziram os processos, por um lado, puniram exemplarmente quatro homens livres, pobres e pardos e, por outro, incorporaram a possibilidade de negociação com um grupo de notáveis da cidade que, além de colaborarem efetivamente nas denúncias e execução dos réus, tinham em comum o fato de serem proprietários de escravizados e membros da administração local. Esses membros foram desconsiderados pelas autoridades régias e pela historiografia que versou sobre o evento ao longo do século XIX.

Primeiramente, são muito duvidosos os procedimentos adotados por D. Fernando José de Portugal, então governador da província, para se descobrir os autores dos pasquins sediciosos que foram afixados em pontos estratégicos do Salvador na manhã de 12 de agosto de 1798. O governador optou por confrontar as letras de várias petições antigas que se encontravam na Secretaria de Estado e Governo do Brasil com as dos pasquins. Em segundo lugar, os documentos entregues ao governador eram referentes as tropas de milícias, o que já circunscrevia os possíveis réus antecipadamente a um determinado grupo da sociedade soteropolitana. A partir disso, chegou-se a duas petições que indicavam ser de autoria de Domingos da Silva Lisboa, homem pardo e membro dos Auditórios e Alferes do Quarto Regimento de Milícias do Salvador. A prisão foi decretada mesmo que os indícios fossem frágeis. No entanto, as suspeitas

⁵ Peça produzida no decorrer do processo judicial, como petições, termos de audiência, acareações, interrogatórios, certidões, entre outras. No Brasil, os mais famosos são em relação ao processo movido pela Coroa em relação a Inconfidência Mineira (1789) e a Conjuração Baiana (1798).

em relação a Domingos não se concretizaram. Dez dias após a sua prisão apareceram dois bilhetes destinados ao Prior dos Carmelitas descalços, provando que não fora Domingos o autor dos papéis (Idem, ibidem).

Todavia, mesmo o procedimento sendo deveras incerto, novamente o governador procurou evidências nas petições da Secretaria de Estado e encontrou três documentos que indicavam, dessa vez, que os pasquins foram escritos por Luiz Gonzaga das Virgens Veigas; homem igualmente pobre, pardo e soldado do Primeiro Regimento de Linha de Praça do Salvador e Quarta Companhia de Granadeiros. Pesava sobre o réu um requerimento audacioso no qual pedia para que o nomeasse ajudante do Quarto Regimento de Milícias da cidade, composto por homens pardos, alegando que esses deviam ser tratados iguais aos brancos e, por analogia ao que dizia os pasquins, foi sentenciado. A partir disso, D. Fernando José de Portugal acreditava ter resolvido o crime de modo célere, mas não foi isso que se procedeu (Idem, ibidem).

Ainda segundo Valim, no dia 25 de agosto de 1798, três denúncias chegaram às autoridades, cujo teor dava conta de outro homem pardo, João de Deus do Nascimento, que havia convidado algumas pessoas do Regimento de Artilharia para uma reunião a ser realizada naquela noite, no Campo do Dique do Desterro, com o objetivo de formar uma rebelião. No entanto, a reunião foi abortada, pois, entre outros motivos, havia “entre os partícipes quem reconhecesse os denunciante e desconfiasse de suas presenças”(Ibidem, p. 25). Um dia depois foi instaurada uma nova Devassa para investigar o crime, sob os cuidados do Desembargador Francisco Sabino da Costa Pinto. Várias pessoas foram presas ao longo de seis meses, algumas prestaram esclarecimentos enquanto outras foram consideradas culpadas de pronto, “pois o que ocorreu foi a clivagem social para que houvesse diferenciação entre os acusados” (Ibidem), fazendo com que a culpa recaísse exclusivamente sobre os homens pardos, conforme explicitava o governador em suas cartas a D. Rodrigo de Sousa Coutinho. No entanto, de acordo com os Autos, não era bem essa a situação.

Desde de 17 de agosto do mesmo ano, os dois desembargadores encarregados dos processos colhiam os depoimentos dos presos e coordenavam os depoimentos das testemunhas, indicando a existência de uma sociabilidade política entre os participantes do evento que não esteve apenas reservada apenas às médias e baixas camadas da sociedade, como o governador insistia em comunicar às autoridades metropolitanas. No testemunho de Francisco Pereira Rabello, branco, alferes do Terço Auxiliar das Ordenanças e morador de Itagibe, ele afirma que Domingos da Silva Lisboa não tinha sido o autor dos papéis, mas sim os seus superiores. Outro depoente, José Fernandes de Miranda, confirmou a informação e acrescentou que existiam cerca de 500 homens escondidos para darem execução ao projeto. O governador, no entanto, não comentava essas informações nas cartas endereçadas a D. Rodrigo de Sousa Coutinho e “a

condução do processo caminhava para um engenhoso mecanismo de silenciamento das informações” (Ibidem, p. 27).

Nos depoimentos prestados por Domingos da Silva Lisboa, que duraram cerca de oito meses e ocorreram entre três momentos diferentes, foram postas informações que também foram negligenciadas pelos desembargadores e pelo governador. Domingos afirmava que as petições feitas à Secretaria de Estado eram dele, mas que ele não era o autor dos pasquins. No entanto, ao ser questionado sobre o teor das obras libertárias encontradas sem sua casa, Domingos disse que seria do já falecido Salvador Pires de Carvalho. Num segundo momento, o acusado modificou a resposta e acrescentou que sua relação com Salvador Pires era próxima. Ao ser perguntado o motivo de ele não ter dito antes, o acusado afirmou estar perturbado pela prisão e, além disso, duvidar que as autoridades acreditassem na sua relação com o Senhor Salvador Pires de Carvalho, por ele ser inferior. O desembargador encerrou a acareação e nada mais perguntado a respeito (Ibidem).

Ainda de acordo com Patrícia Valim, as autoridades locais sabiam que havia intensa circulação das ideias francesas na cidade, mas não parece ter sido essa a sua maior preocupação. O problema era saber sobre o uso dos princípios de francesia por um setor específico daquela sociedade, homens livres, pobres, pardos e escravizados urbanos. As declarações de escravizados e alguns pardos ora eram ignoradas, ora eram utilizadas para fins particulares. Das trinta e duas pessoas presas, dez eram escravizados e foram indiciados para verificar fatos conexos aos pasquins sediciosos publicizados na manhã de 12 de agosto. Interessante observar que, além dos senhores resolverem entregar de prontidão seus cativos, dois deles foram importantes testemunhas na devassa instaurada sobre a conjuração. Além disso, é importante mencionar que quase todos os escravizados citados no processo eram pardos e nascidos na Bahia, domésticos, cidadãos, sabiam ler e escrever e socializavam pelas ruas do Salvador.

Por sua vez, a presença de escravizados no evento marca o lugar de pessoas nessa condição legal e remete a outra ponta: seus proprietários. Nesse caso, um grupo homogêneo, pequeno e composto pelos donos das maiores fortunas do Salvador de 1798. Quase todos eram homens habilitados na Ordem de Cristo e a maioria exercia um ou mais pontos estratégicos da administração régia. O mais proeminente deles era o detentor do monopólio do comércio de tabaco, José Pires de Carvalho e Albuquerque. Para se ter uma ideia, em 1788, era Secretário de Estado e Governo do Brasil, cargo que era proprietário por herança; era intendente da Marinha e Armazéns Reais, vedor geral do exército, Provedor e Ouvidor da Alfândega da Bahia e Deputado da Junta Real. José Pires de Carvalho teve seu nome citado nas duas Devassas – a dos pasquins e da reunião no Dique – por ocasião da pronta entrega dos seus escravizados (Ibidem).

Eram várias as denúncias que chegavam à metrópole a acusar o secretário de enriquecimento ilícito, contrabando de tabaco e, principalmente, de uma atuação exitosa à frente da Real Fazenda. O ponto alto dessas denúncias se deu em 1798, quando os grupos do Secretário de Estado e do coronel Antonio Ferreira Andrade travaram uma disputa pela herança do morgado. De um lado estava o grupo dos denunciante, em que todos eram homens brancos, comerciantes de grosso trato e donos de engenhos de médio porte e não foram chamados a testemunhar ou formular culpa nas devassas sobre os acontecimentos daquele ano. No grupo de José Pires, por sua vez, quase todos ocupavam cargos da administração local e fizeram parte, de alguma maneira, na execução dos processos (Ibidem).

Um dos mais importantes depoimentos prestados ao Desembargador Costa Pinto do Tribunal de Relação da Bahia, segundo Patrícia Valim, é de Luís de França Pires, escravizado por José Pires e Carvalho e Albuquerque. Contou detalhes da reunião no Campo do Dique do Desterro, confirmou a culpa de Lucas Dantas e Manuel Faustino, além de delatar a participação de outros escravizados do Secretário em reuniões nas quais se davam vivas à Bonaparte, parecendo inegável que, pela riqueza de detalhes que conta os acontecimentos, o Luís França tivesse tido participação importante na revolta. Ainda segundo a autora, comparando o testemunho dos escravizados há algumas diferenças. Provavelmente - ao contrário do depoimento de Luís de França Pires, em que aponta a presença de escravizados no movimento -, por terem sido coagidos pelo depoimento de seus proprietários, os escravizados foram induzidos a ressaltar a participação de homens mulatos, pardos e livres sob a liderança de Luiz Gonzaga das Virgens Veiga e negar a presença de cativos. Fato é que “o poder local se aproveitou da animosidade existente entre pardos livres e escravos e convocou a depor os escravos dos senhores citados” (Ibidem, p. 40), justamente para incriminar os mulatos e pardos livres.

Ademais, as informações de outro cativo José Felix davam conta de que por vezes os negociantes ficavam na miséria, sugerindo que as razões que motivavam os participantes eram muito mais amplas social e economicamente do que o poder local relatava à metrópole. Naquele mesmo ano, os agentes metropolitanos, cientes dos lucros que a exportação de tabaco significava para Coroa, duplicaram a tributação sobre o produto fazendo com que alguns dos principais comerciantes da cidade ficassem insatisfeitos. Ademais, no pasquim 9º, havia referência à abertura dos portos e sua relação com o progresso do comércio. Segundo Valim (2007), a abertura dos portos a outras nações era uma chave de entendimento que muito provavelmente apenas negociantes e senhores de escravizados faziam em suas conversas e reuniões. Ou seja, a declaração dos cativos que faziam a menção a esses termos era uma forma de tentar denunciar a participação dos seus senhores em reuniões que tratavam dos acontecimentos da França e da tributação da Coroa portuguesa. O poder local, todavia,

não quis ir a fundo, pois se sabia que as reuniões e os pasquins eram apenas parte de um grande problema.

Porém, as denúncias acerca da circulação de ideias afrancesadas chegavam à metrópole, configurando-se em um grande problema para a monarquia portuguesa, sendo pauta de boa parte das cartas trocadas entre os agentes régios durante o final do século XVIII. Dentro disso, é interessante apontar que treze dias após a descoberta dos pasquins sediciosos, D. Rodrigo de Sousa Coutinho enviou uma carta a D. Fernando José de Portugal na qual instituiu uma campanha anti-francesa cujo o alvo eram as pessoas proeminentes do Salvador, pois ao mesmo tempo em que anunciava que foram tomadas medidas econômicas para conter os insatisfeitos, mandou-se traduzir gazetas que davam conta do terror que se sucedia na França. Além dos exemplos das revoluções francesa e americana, a revolta de escravizados da colônia francesa de São Domingos estava em curso, fazendo com que as autoridades ficassem sobressaltadas em relação ao contato de cativos com as ideias libertárias a respeito das revoluções na Europa e no Caribe. No entanto, o fluxo nos portos do Salvador e do Rio de Janeiro gerava contatos com as ideias de liberdade que circulavam naquela conjuntura e eram compartilhadas tanto por negros como por índios em várias partes do Brasil, sendo que as autoridades sabiam que lhes escapava do controle. Além disso, segundo os autos, os responsáveis pela inclusão das ideias a francesia que chegavam aos escravizados urbanos eram os homens livres, o que impunha ainda mais terror nas autoridades (Ibidem).

Nesse ponto é fundamental observar o papel dos homens livres e pobres, especialmente os milicianos das tropas urbanas, muitos dos quais homens de cor. Circulavam bastante pelas ruas da cidade alta e baixa do Salvador e pelas redondezas. Além disso, pela natureza de seu trabalho, os milicianos se relacionavam “com os escravos de ganho, vadios, mendigos, quitandeiras, estrangeiros que chegavam no comboios e pequenos comerciantes e grandes negociantes”(Ibidem, p. 53). Exatamente por isso, os milicianos foram grandes agentes na divulgação e circulação das ideias libertárias e, assim como os cativos que viam nessas ideias uma oportunidade emancipação do regime de escravidão, reinterpretando a seu modo os preceitos de liberdade e igualdade, essas também ganharam significados próprios para esse grupo. De acordo com Patrícia Valim, uma das questões centrais do movimento é entender o modo pelo qual essas ideias eram apropriadas por todos os grupos envolvidos no evento e o uso político que eles poderiam ter.

Por fim, após esse apanhado acerca do quadro complexo que envolve os acontecimentos conhecidos como Conjuração Baiana, Revolta do Búzios ou Revolta dos Alfaiates, levaram ao enforcamento e ao posterior esquartejamento de quatro homens milicianos e alfaiates pardos, João de Deus do Nascimento, Lucas Dantas,

Manuel Faustino e Luiz Gonzaga das Virgens Veigas, cabe ressaltar alguns aspectos fundamentais para a sequência do trabalho.

Primeiramente, fica evidente o projeto articulado politicamente pelo governador capitania, D. Fernando José de Portugal, ao limpar as manifestações de descontentamento das pessoas principais envolvidas com alguma atividade sediciosa e direcionar o protagonismo do evento para os homens dos médios e baixos setores da população – milicianos e cativos. Cabe ressaltar que, posteriormente, muitos dos proprietários envolvidos nos processos tiveram seus cabedais dobrados, apareceram em importantes postos da corte joanina no Rio de Janeiro e a maioria exerceu papéis fundamentais nas lutas da Independência na Bahia (Valim, 2007).

Em segundo lugar, alargando as perspectivas de análise para o âmbito regional, as milícias pardas e seus líderes mulatos tiveram, como já vimos anteriormente, um importante papel em algumas regiões; em Cartagena das Índias, cidade também portuária, teve como principal líder Pedro Romero, chefe dos Lanceiros de Getsemaní que, junto ao povo, foi quem obrigou que se decretasse a independência definitiva da cidade (Múnera, 1998). Ademais, cabe lembrar o importante papel que os líderes negros, membros das milícias – Vicent Ogé, Dessalines, Toussaint L' Ourverture, Christopher - tiveram no processo revolucionário de São Domingos que se inicia em 1790, com um movimento de homens de cor livres, liderado por Ogé; em 1791, acontece a rebelião de escravizados sem liderança definida, levando a ilha a uma situação caótica; em 1794, passa o movimento passa a ser liderado por Toussaint até agosto de 1802, quando é capturado por Leclerc; a partir daí, outros líderes negros, o principal deles Dessalines, comandam a massa de rebeldes e conseguem expulsar o exército francês e proclamar a independência da Ilha (James, 2010). Ou seja, somado ao terror que uma potencial revolta de escravizados causava nas autoridades, que segundo Keilla Grinberg (2002) salpica na documentação do período, estava o perigo da associação dos cativos com os milicianos pardos, importantes agentes da circulação das ideias libertárias. Não à toa que um dos contemporâneos da Conjuração Baiana, José Venâncio de Seixas, funcionário régio, sugere, em uma de suas correspondências com a metrópole, o retorno da hierarquia militar colonial vigente antes das reformas pombalinas de 1766, em que os pardos não podiam ter acesso a esses postos, como medida para evitar sedições de mesmo teor (Valim, 2007).

Por fim, a partir dessas linhas interpretativas inauguradas com a instauração dos autos pelas autoridades régias da época, a historiografia do século XIX tratou a Conjuração como uma anomalia social e manifestação de ignorância rapidamente abortada pelas autoridades locais, circunscrita aos médios e baixos setores da sociedade soteropolitana. Posteriormente, os intelectuais do século XX alargaram as bases sociais do evento, considerando-o como um levante com a participação de vários

setores, inclusive de alguns principais da cidade, deixando de ser considerada uma sedição de mulatos para se tornar a Conjuração Baiana. O movimento passa a ser observado à luz da crise do antigo sistema colonial e considerado como etapa mais popular do processo de emancipação do Brasil (Idem, ibidem), o que também não supre a multiplicidade significações do evento que, de maneira alguma, deve ser posto como diretamente associado à emancipação política nos termos que acontece em 1822.

3 MATERIAIS DIDÁTICOS DIVERSOS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

Considerando o repertório historiográfico compilado anteriormente, o desafio que se coloca para este capítulo é a análise de um conjunto de materiais didáticos trabalhados na condição de fontes documentais. O trabalho estará centrado em três documentos que, voltados ao ensino de história, mantêm diferenças entre si, a saber: dois manuais didáticos selecionados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para o triênio 2018-2020 e o Caderno de Educação do Ilê Aiyê - Revolta dos Búzios: 200 anos (1999), obra de autoria coletiva que corresponde ao sétimo volume da coleção editada no âmbito do Projeto de Extensão Pedagógica do bloco afro sediado em Salvador, Bahia, com o objetivo de facilitar o debate histórico entre os integrantes da agremiação carnavalesca. Os livros didáticos escolhidos foram escolhidos por estarem sendo utilizados em duas escolas públicas do Distrito Federal: o primeiro, “História Global”, 3ª Edição, de Gilberto Cotrim (2016) 288 p. (160-175), no Centro de Ensino 06 de Ceilândia Sul, na qual desenvolvi atividades de estágio docente no primeiro semestre de 2018; e o segundo, “História, Sociedade e Cidadania”, 2ª Edição, de Alfredo Boulos Júnior (2016), 288 p. (195-210), no Centro de Ensino Médio 02 de Planaltina, onde a professora orientadora tem atuado como colaboradora das ações pedagógicas voltadas à implementação da Lei n. 10.639/2003. Ambos os manuais destinados para o segundo ano do ensino médio.

Como a análise envolverá fontes com diferentes propósitos no que toca as problemáticas das modalidades de educação formal, não formal e informal, essas definições cabem ser recuperadas e problematizadas a fim de se destacar o alcance e a legitimidade do material em tela. Até mesmo porque, como aponta Martha Marandino (2017), essas definições são utilizadas de modo controverso, fazendo com que muitas vezes estejam longe de ser consensuais. Marandino reconhece, então, as diferentes perspectivas acerca dessa divisão encontradas na bibliografia anglofônica e lusofônica, e chama atenção para o fato de a última dividir a educação que ocorre fora das escolas em dois subgrupos: não formal e informal. Essa definição sofre a influência dos movimentos de educação popular intensificados nas décadas de 1960, 1970 e 1980.

A autora ressalta que, em 1972, a UNESCO promoveu um gesto de reconhecimento dessa mobilização em torno da educação ao publicar o documento “Learning to be: the Faure report”, com vistas a estabelecer metas relacionadas à educação ao longo da vida e a sociedade de aprendizagem. O documento teria influenciado uma divisão já visível do sistema educacional pautada nas três categorias: educação formal, não formal e informal. A formal corresponderia às dinâmicas estabelecidas no âmbito da prática educacional escolar. A modalidade informal estaria, por sua vez, associada a ambientes do cotidiano, experiências do dia-a-dia, das ações que permeiam a vida

do indivíduo. Já a modalidade não formal estaria associada a iniciativas educativas de natureza política e com o objetivo de transformação social que marcou o período (MARANDINO, 2017).

Isso, por certo, não encerra a discussão. Como forma de tentar enfrentar as confusões entre as modalidades de educação, Falk e Dierking cunharam o termo *free-choice learning*, aprendizagem por livre escolha. Nele o sujeito é o centro do processo educacional e denomina todo tipo de aprendizagem que pode ocorrer fora da escola, como museus, centros de ciência, organizações comunitárias, mídias impressas e eletrônicas, entre outros (Falk; Dierking, 2002 apud. Marandino, 2017, p. 813). Para Rogers, as categorias de educação devem ser vistas como um processo contínuo e dialógico ao invés de modalidades estanques e separadas. Nesse sentido, “a proposição do termo não formal, na sua origem, como comentamos anteriormente, esteve vinculada à crise educacional e ao questionamento do papel reprodutor da escola em meados do século XX, aproximando-o da educação popular” (Rogers, 2004 apud Marandino, 2017, p. 814). Para Streck, a educação popular é um movimento pedagógico de resistência à dominação de classe, raça, gênero, etc. e, a partir disso, pode estar, ideológica e pedagogicamente, no mesmo campo que a educação básica formal, ou em campos opostos (Streck, 2013 apud Marandino, 2017).

Essas considerações são interessantes para esta proposta de investigação, uma vez dois manuais didáticos se enquadram nos limites da educação formal, institucionalizada, com conteúdos curriculares, e que ocorre em espaços sistemáticos de ensino: as escolas públicas que recebem o material distribuído através do PNLD. A outra fonte, o Caderno de Educação do Ilê Ayiê, encaixa-se na categoria de educação não formal, pois, logicamente, não se origina dos espaços formais de educação; bem como na categoria de educação popular proposta por Streck, como um movimento pedagógico de resistência histórica à dominação, principalmente de raça, associando-se ao trajeto maior do Grupo.

Fundado em 1º de novembro de 1974, desafiando a exclusão da população negra dos espaços de prestígio do carnaval do Salvador, o Ilê Aiyê se destaca entre os blocos afro da capital baiana ao potencializar práticas associativas concentradas no Curuzu, bairro da Liberdade. Afirma-se na cena pública “com o objetivo de preservar, valorizar e expandir a cultura afro-brasileira. O Ilê, ao longo de sua trajetória, vem homenageando países africanos e revoltas negras brasileiras, que contribuíram fortemente para o processo de identidade étnica e autoestima do negro”⁶. O volume sobre a Revolta do Búzios ou Conjuração Baiana está pois inserido nesse esforço de disputa de narrativa por meio da prática político-cultural do carnaval.

⁶ Disponível em: <<http://www.ileaiyeoficial.com/bio/>>, acesso em 22 Out. 2018.

Dito isso, é possível seguir com a análise descritiva, dialógica e comparativa entre o material selecionado, respeitando as diferenciações pedagógicas de cada um, mas, a partir da observação transversal, apontar as possibilidades de troca entre esses objetos e também observar possíveis limites nesse processo. Esse exercício se dará em duas seções: uma que tratará das leituras de independência propostas pelos manuais didáticos; e a segunda, que se desenvolverá a partir da observação cruzada das narrativas a respeito da “Conjuração Baiana” – como denomina os manuais formais – ou “Revolta dos Búzios”, para o Caderno de Educação do Ilê Aiyê.

3.1 Leituras de Independência

No que toca o processo de Independência no Brasil, os manuais escritos por Cotrim (2016) e Boulos Júnior (2016) adotam subdivisões e leituras semelhantes, reproduzindo uma mesma ordem cronológica e a disposição dos eventos encarados como preponderantes para que se chegue à emancipação política do Brasil. Assim como há uma tendência na literatura científica mais recente sobre independência em associar as mudanças relacionadas à transferência da corte portuguesa para o Brasil como essenciais para a emancipação em 1822, os manuais também trazem suas narrativas ancoradas nesses eventos.

Nesse sentido, os dois livros desenvolvem as seguintes temáticas como eixo da narrativa: A própria transferência da corte portuguesa para o Brasil e suas consequências, como fim do monopólio comercial; a administração joanina no Rio de Janeiro e o desenvolvimento de instituições importantes na cidade; a elevação do Brasil a Reino Unido à Portugal e Algarves (1815) como tentativa de justificar a permanência de Dom João no Brasil, mesmo após o fim da ameaça francesa; a Revolução Pernambucana de 1817 como reação aos abusos da metrópole que se interiorizava no centro-sul; a Revolução Liberal do Porto (1820), que pretendia recolonizar o Brasil e, com esse intuito, pedia a volta de Dom João a Portugal que, então, seria um rei constitucional; o Dia do Fico, em janeiro de 1822, no qual Dom Pedro, com o apoio da elite brasileira que pretendia manter a liberdade comercial e a autonomia administrativa, decidiu ficar no Brasil; por fim, a continuação de medidas direcionadas à recolonização pelos membros da Cortes de Lisboa, tornando as relações insustentáveis e estimulando a ruptura definitiva com Portugal. De todo modo, mesmo que ambos os livros didáticos sigam essa linha geral, também vigente na bibliografia acadêmica, trazem discussões e profundidades diferentes nas construções de suas narrativas.

O manual de Gilberto Cotrim, “História Global” (2016), apesar de seguir a linha anteriormente apontada, ele ainda tributa à crise do sistema colonial parte do processo que levou à independência do Brasil. A primeira seção que compõe o capítulo se intitula “Crise Colonial – Contradições e declínio de um sistema de exploração” (Ibidem, p. 163).

Nele, o autor menciona brevemente o sistema colonial espanhol, apenas para situar que a dinâmica implementada pelos países da península ibérica na América passou por uma série de transformações no século XVIII. Segundo autor: “O advento do capitalismo industrial foi a principal causa, de natureza externa, da desestruturação do sistema colonial. Aliadas a esse fator, crises internas abalaram as relações sociais, políticas e econômicas entre a colônia e a metrópole portuguesa, culminando no processo de independência do Brasil” (Ibidem).

Diferentemente do se nota nas pesquisas historiográficas compiladas no primeiro capítulo deste trabalho, os tensionamentos raciais entre diferentes segmentos da sociedade colonial não são incluídos entre os fatores relacionados à crise interna, nem indivíduos e coletividades negras e indígenas são reconhecidos como protagonistas no processo que culminou com a independência. Essa perspectiva se estende por todo o capítulo. Exemplo disso são os “Grupos socioeconômicos” que, segundo Gilberto Cotrim, são propostos por alguns historiadores: 1) “colonizadores (ou reinóis)”, grupo que representava, mais diretamente, os interesses do governo português e política colonial, ocupando a maior parte dos cargos administrativos e dominando o comércio com a metrópole; 2) “colonizados”, “constituíam mais de 80% da população colonial e eram os mais oprimidos socialmente”, sendo esse grupo uma espécie de pacote que engloba africanos e seus descendentes escravizados, indígenas e brancos livres e pobres; e 3) os “colonos”, que compunham parte dos grupos dominantes da colônia, mas com interesses que não se uniam, necessariamente, aos interesses metropolitanos.

Novamente, a classificação, baseada num caráter estritamente socioeconômico, divide a complexa sociedade colonial em três estratos, sendo que o grupo dos “colonizados” engloba três realidades bastantes distintas, destituindo esses sujeitos históricos de suas especificidades. Além disso, com relação aos fatores externos que levaram ao declínio os sistemas coloniais, não há menção à revolução liberal pela qual passava o mundo, inicialmente com a Revolução Francesa (1789), posteriormente com os exemplos mais próximos da Revolução Americana (1775-1783) e da Revolução de São Domingos (1791-1804).

Já no manual “História, Sociedade e Cidadania” organizado por Alfredo Boulos (2016), os caminhos narrativos escolhidos tomam um porto de partida diferente. Primeiramente, o autor faz uma breve introdução voltada à historicização das relações de dependência entre Portugal e Inglaterra. Para tal, retoma desde a liberação de Portugal do domínio espanhol, em 1640, e os acordos assinados com a Inglaterra em decorrência disso, focando especificamente no Tratado de Methuen (1703), mais conhecido como “Tratado de Panos e Vinhos”. Por fim, conclui: “Se por um lado, isto favoreceu o desenvolvimento industrial da Inglaterra, por outro, aumentou o déficit da balança comercial portuguesa” (Ibidem, p. 195). Na sequência, Boulos opta por dar

ênfase no reinado de D. José I (1750-1777), sobretudo na política posta em prática pelo ministro Marquês de Pombal, o “Reformismo Ilustrado”, que tinha o intuito de fortalecer a economia e o Estado e tirar o país da posição de inferioridade que se encontrava em relação aos outros países europeus. Em sua avaliação, a série de medidas adotadas pelo ministro afetaram fortemente Portugal e a colônia americana. A partir disso, foca, especialmente, nas medidas econômicas que caminhavam na direção de uma retomada do controle sobre a economia brasileira como forma de proteger “os mercadores portugueses da concorrência” e constituir “companhias privilegiadas de comércio, a exemplo da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755)”; ou a instituição do Real Erário (1761), “órgão incumbido de cobrar impostos sobre o ouro brasileiro e combater o contrabando e a sonegação fiscal”. É interessante mencionar que, apesar de as reformas pombalinas serem citadas como fundamentais no processo de emancipação política do Brasil, não há menção alguma sobre a tentativa de abolição da escravidão na Metrópole e nas Índias, decretado por Marquês de Pombal, em janeiro de 1761.

Em seguida, Boulos analisa que a sucessora de D. José I, a rainha D. Maria (1777-1792), preservou a orientação absolutista e partes da política posta em prática pelo Marquês de Pombal; e, apesar de extinguir as companhias de comércio, continuou combatendo o contrabando e defendendo fortemente o principal traço do Pacto Colonial: o exclusivo comércio com a metrópole. Para o autor, o reinado do filho da rainha, Dom João VI (1792-1816), seguiu a mesma postura, o que contribuiu para a ocorrência de “vários movimentos de rebeldia no Brasil, entre os quais cabe citar: a Conjuração Mineira (1789), a Conjuração Baiana (1798) e a Insurreição Pernambucana (1817)” (Ibidem, p. 196).

No livro elaborado por Gilberto Cotrim, as reformas postas em prática no governo de D. José I pelo Marquês de Pombal e a continuação dessas políticas na regência de D. Maria I e seu filho Dom João são observadas. Todavia, essas medidas, como a proibição do ofício de ourives na região de Minas Gerais (1751), não são creditadas a esses agentes reais, não existindo menção direta no texto. São citadas a proibição de exercer o ofício de ourives, para evitar o contrabando, primeiramente em Minas Gerais, em 1751, e depois, em 1766, nas províncias da Bahia, de Pernambuco e do Rio de Janeiro. Também há menção à proibição, em 1785, do mantimento de manufaturas têxteis na colônia e da vedação da instalação de indústrias de ferro, em 1795. Segundo o autor: “Por essas e outras medidas, havia muito descontentamento na colônia, provocando, ao longo do tempo, o acúmulo de tensões e conflitos entre colonos e colonizadores” (Cotrim, 2016, p. 164). Em seguida, o autor frisa novamente o confronto entre colonos e colonizadores – em consonância com a divisão entre os grupos socioeconômicos propostos no início do capítulo – e aponta que, por consequência disso, aconteceram revoltas no final do século XVIII e início do XIX, “entre as quais podem ser citadas

a Conjuração Mineira (1789) e a Conjuração Baiana (1798)”. De acordo com sua narrativa, essas se diferenciavam das primeiras revoltas ocorridas no período colonial porque tinham, entre seus preceitos, “o propósito de romper com a dominação por parte da metrópole e estabelecer a independência política das regiões rebeladas” (Ibidem, p. 165).

Sendo assim, considero que existam algumas incongruências na análise proposta por Gilberto Cotrim. A principal deriva da divisão socioeconômica proposta pelo autor no início do capítulo sobre independência do Brasil. A partir do momento em que ele limita as tensões e os conflitos apenas aos grupos dos “colonos” e “colonizadores”, os sujeitos históricos que constituem o grupo dos “colonizados”, sobretudo negros e indígenas, são apagados do processo histórico em que de fato tiveram atuação, impedindo assim que se considerem as lutas travadas e dos projetos postos em disputa por esses grupos - que, como vimos no primeiro capítulo, não podem ser reduzidos ao lugar de meros coadjuvantes ou mesmo figurantes.

Ademais, disso decorre outro problema que persegue toda a narrativa do manual de Cotrim. Diferentemente do texto produzido pelo livro de autoria de Boulos, no qual os diferentes agentes e projetos de futuro contidos nas revoltas são mencionados e levados em consideração, Cotrim pouco menciona essa variedade de sujeitos históricos e, conseqüentemente, os objetivos distintos contidos nessas revoltas. Justamente por isso, define que as revoltas tinham como objetivo “estabelecer a independência políticas das regiões rebeladas” (Ibidem, p. 165).

Adiante, os dois manuais se propõem a tratar da “Conjuração Mineira” – esta é a denominação adotada pelos dois autores. Todavia, as narrativas possuem diferenças relevantes pois, apesar de tratarem da mesma temática, propõem discussões mais e menos aprofundadas a respeito desse acontecimento histórico. Mas antes de falar das diferenças, falemos das semelhanças. Ambos apresentam uma estrutura similar: iniciam mencionando a situação do declínio da exploração de ouro a partir da segunda metade do século XVIII e destacam, como resposta, a reação do governo português ao seguir cobrando altos impostos e aumentar a vigilância em relação ao cumprimento deles. O ponto de maior tensão é o dado pelo momento em que o governador Visconde de Barbacena anuncia, em 1788, a cobrança de uma nova derrama. Gilberto Cotrim opta por ressaltar nesses termos: “Membros da elite colonial começaram a se reunir e planejar um movimento contra as autoridades portuguesas e a cobrança da derrama” (Cotrim, 2016, p. 166). Boulos, por seu turno, diz: “O clima de revolta tomou conta da população. Em Vila Rica, um grupo de homens ricos e influentes, inspirados nos princípios iluministas, planejou uma conjuração contra a metrópole” (Boulos, 2016, p. 196). Somados aos “princípios iluministas” mencionados por Boulos, Cotrim também aponta que os líderes intelectuais do movimento se inspiravam “em alguns ideais que

impulsionaram a independência dos Estados Unidos (1776) e a Revolução Francesa (1789)” (Cotrim, 2016, p. 166).

Agora, em relação aos planos dos revoltosos, os manuais diferem bastante nas abordagens. De acordo com Gilberto Cotrim, “São poucas as fontes de que os historiadores dispõem para analisar os planos e os objetivos dos inconfidentes mineiros”(idem, ibidem), sendo que a maior parte viria do processo movido pelo governo português, autos da devassa da Inconfidência Mineira, o que, segundo o autor, faz com esse seja um tema sobre o qual “há poucas certezas”. No entanto, Cotrim defende que os projetos incluíam a criação de uma república com capital em São João del Rei, a adoção de uma bandeira, a implantação de indústrias na região, a criação de uma universidade em Vila Rica, a implantação de um tipo de serviço militar obrigatório e o incentivo à natalidade. Na sequência, ele observa que havia pouca organização estratégica no movimento e, por não conter propostas de caráter mais abrangente, não teria tido participação popular efetiva. Em suas palavras: “Não havia o propósito, entre os líderes, de acabar com a exploração social interna – como a escravidão -, que atingia a maioria da população” (idem, ibidem, p. 167). Ao final, ainda menciona, quase que de maneira contraditória, que, de acordo com Boris Fausto, chegou-se a uma solução de compromisso pela qual seriam libertados os escravizados nascidos no Brasil. Sobre os planos e objetivos dos conjurados, ao contrário do que veremos na narrativa proposta por Boulos, não há qualquer menção a diferença de objetivos e, logicamente, de projetos entre os agentes que compunham a sufocada revolta.

Já no livro didático de Boulos, não há menção em relação às fontes sobre a Inconfidência Mineira e o autor elenca como plano comum dos conjurados “proclamar uma república em Minas Gerais, com a capital na próspera São João del Rei [...]; instalar em Vila Rica uma universidade e uma casa da moeda” e, além disso, instituir o serviço militar obrigatório e incentivar as manufaturas. No entanto, diferentemente da abordagem de Gilberto Cotrim, o autor registra até mesmo o lastro do debate historiográfico que alimenta sua narrativa: “Segundo o historiador João Pinto Furtado, havia discordâncias entre os conjurados”, sendo alguns estariam movidos pelas ideias ilustradas e de mudança política e outros tinham como único objetivo a suspensão da derrama e, o que mais nos interessa aqui, também divergiam quanto à escravidão. De acordo com Boulos, “a maioria deles – senhores de terra, mineradores e grandes comerciantes – era favorável à continuidade da escravidão; dois deles apenas, Alvarenga Peixoto e o padre Carlos Correia de Toledo, se disseram favoráveis a abolição” (Boulos, 2016, p. 197).

Sendo assim, Boulos opta por uma estratégia explicativa que expõe e respeita o conflito existente entre os diferentes sujeitos históricos envolvidos na conjuração – um dos fatores que, de acordo com o que vimos na revisão bibliográfica, é essencial para se

compreender as revoltas que se desenrolam no período. Gilberto Cotrim, enquanto isso, ao analisar o evento sem levar em consideração essa multiplicidade de tensões, acaba por se contradizer. Ao mesmo tempo em que afirma que não havia propósito entre os líderes da revolta de acabar “com exploração social interna – como a escravidão”, aponta que se chegou a uma solução de compromisso pela qual seriam libertos os escravizados nascidos no Brasil. Ou seja, a omissão da pluralidade de agentes que integravam o movimento faz com que o autor caia, mesmo que sem querer, em uma contradição explicativa - característica essa que se repete algumas vezes ao longo do capítulo.

Após falarem da condenação dos envolvidos na revolta, focando, sobretudo, no enforcamento e no esquartejamento de Tiradentes, ambos os livros partem para uma mesma discussão, a elevação do único a pagar com a vida à figura de herói nacional. Novamente, apesar de tratarem do mesmo assunto, os autores optam por estratégias diferentes quanto a abordagem. Gilberto Cotrim observa que, entre o final do século XVIII e a independência, a versão dos colonizadores prevaleceu e, justamente por isso, ficou denominada como Inconfidência, nome “dado pelas autoridades que reprimiram o movimento”. Ademais, o autor argumenta que durante o período imperial, o evento continuou sendo incômodo aos governantes e somente na Primeira República os governantes “mudaram a imagem que tinham da Inconfidência”; passando o movimento a ser visto como o primeiro a lutar pela independência, Tiradentes sendo alçado ao posto de herói nacional e o dia 21 de abril, data de sua execução, ao status de feriado nacional. Ainda segundo o autor, em 1936, o governo republicano tomou medidas para conferir à Inconfidência uma memória oficial e, em 1965, Tiradentes foi considerado por lei o patrono cívico da nação brasileira.

A opção metodológica proposta por Boulos é outra. O autor também opta por tratar o tema num quadro de diálogo específico do manual didático, o “Para saber mais”. O autor inicia a discussão analisando a seguinte obra de Pedro Américo (1893):

Figura 1 – Tiradentes Esquartejado, pintura a óleo de Pedro Américo (1893) (Reprodução).



O autor observa que no contexto em que a obra foi criada, existia uma preocupação dos republicanos em revisitar o passado colonial, “eleger um herói nacional e criar ou recriar mitos de origem e de fundação”. O autor, então, chama atenção para a organização das partes do corpo na imagem, “dispostas de modo que lembram o mapa do Brasil” (Boulos, 2016, p. 198). Em seguida, Boulos menciona a tentativa de assemelhá-lo a Jesus Cristo, explicitado na opção por pintar a cabeça de Tiradentes ao lado do corpo crucificado de Cristo e, além disso, destaca que, mesmo sabendo que os condenados “eram executados sem cabelo e sem barba, “o pintor representou o inconfidente com barba e cabelos longos” (Idem, Ibidem). Boulos se remete ainda à obra de José Murilo de Carvalho, *A Formação das Almas* (1990), e conclui que “o apelo à tradição cristã do povo brasileiro contribuiu para o êxito de Tiradentes como herói republicano” (idem, ibidem). Além disso, ao final do capítulo, nas atividades propostas, o autor traz uma questão do vestibular da Unicamp-SP – 2016, na qual a banca propõe um diálogo iconográfico entre a pintura do Pedro Américo reproduzida acima e

a aquarela do artista João Teófilo, publicada na capa da Revista de História do Museu Nacional, em 2015, na intenção de ampliar a presença de negros como sujeitos sociais nas lutas coloniais e antiescravistas.

Figura 2 – João Teófilo. Aquarela. Coleção Particular (2015) (Reprodução).



É perceptível que, apesar de Gilberto Cotrim ir um pouco além no que toca a cronologia da figura heroica de Tiradentes, chegando até 1965, ele pouco problematiza ou explica a intenção por trás da transformação de Tiradentes em herói da pátria. Por outro lado, partindo da análise da obra de Pedro Américo e, posteriormente, propondo um exercício iconográfico dialógico entre essa pintura e a aquarela de João Teófilo, Boulos não caminha tanto como Cotrim temporalmente, mas se aprofunda e explica de forma mais acessível os motivos e as estratégias que levaram Tiradentes à posição de herói nacional. Além disso, a atividade proposta chama atenção para o caráter racial nas escolhas de nossos heróis nacionais e questiona, de certa maneira, o porquê de os negros sentenciados à morte na Conjuração Baiana não terem sido alçados ao mesmo patamar.

Na sequência, ambos os livros didáticos seguem a linha cronológica e passam a tratar do processo histórico da Conjuração Baiana (1798). A temática será tratada

com maior ênfase na próxima seção deste capítulo. Porém, por hora, cabe ressaltar que nos dois manuais o espaço destinado para o tema é muito diminuto, principalmente quando comparado com o espaço reservado para discutir a Conjuração Mineira. No livro redigido por Gilberto Cotrim, são utilizadas duas páginas para tratar do evento mineiro e apenas meia página para o movimento baiano. Na narrativa de Boulos, a proporção quase que se repete: enquanto são utilizadas cerca de duas páginas e meia para abordar o movimento mineiro, somente uma página trata da Conjuração Baiana.

Assim, após trazerem as revoltas coloniais, os autores se encaminham para uma espécie de compilado de consequências, que têm como epicentro a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro e o que disso decorreu. Novamente, o manual de autoria de Alfredo Boulos se aprofunda mais em algumas questões fundamentais para o processo que levou à emancipação política do Brasil. No entanto, de acordo com o que veremos, também não se aprofunda no conflito entre os projetos políticos nas elites americanas, tampouco menciona o importante papel que as classes subalternizadas, negros e indígenas, tiveram no processo.

Em ambos os livros é apontado que a mudança de D. João e sua corte para o Brasil e as medidas econômicas, culturais e administrativas adotadas contribuíram para o processo de emancipação do país. No entanto, Boulos vai além e traz uma reflexão essencial sobre o período, fazendo, inclusive, referência ao conceito de “interiorização da metrópole”, de Maria Odila Dias, cunhado na obra “A Interiorização da Metrópole e Outros Estudos” (2009). O autor argumenta que, durante sua permanência no país, Dom João e as autoridades portuguesas estabeleceram uma aliança com as elites de São Paulo e do Rio de Janeiro “por meio de negócios entre eles envolvendo terras e comércio de abastecimento, de casamentos com famílias locais e de empregos concedidos por Dom João” (Boulos, 2016, p. 200). Cotrim finaliza dizendo que essas relações estabelecidas entre a elite do Centro-Sul “levaram ao enraizamento da Corte portuguesa e à sua intenção de permanecer no Brasil” (Cotrim, 2016, p. 169).

Ao se reportarem as motivações que levaram à “Insurreição Pernambucana”, para Boulos, ou a “Revolução Pernambucana”, para Cotrim, as narrativas se diferem bastante no peso que dão a essa sensação de interiorização da metrópole e como isso gerava uma insatisfação generalizada na parte norte do país. Cotrim resume essa problemática dizendo que “os pernambucanos estavam desgostosos com o crescente aumento dos impostos, que serviam para sustentar o modo de vida da corte portuguesa instalada no Rio de Janeiro” e soma a isso a grande seca de 1816 e queda dos preços do açúcar e algodão, por conta da concorrência internacional (Idem, ibidem, p. 171). Boulos também articula a seca e a queda nos preços, mas se aprofunda mais em questões interessantes de serem apontadas. Primeiramente argumenta que o governo de D. João VI beneficiou, sobretudo, as elites do Rio, de São Paulo e Minas, e que

essa política gerou uma insatisfação generalizada, passando o Rio de Janeiro a ser considerado uma nova metrópole, “centro do poder que oprimia e explorava as outras partes do território” (Boulos, 2016, p. 203). De acordo com Boulos, a insatisfação era mais forte no Nordeste e todo esse contexto fervilhante favoreceu a disseminação das ideias liberais vindas da França entre os pernambucanos que “reunidos em lojas maçônicas, preparavam a resistência à dominação portuguesa” (idem, ibidem). Além disso, o autor lembra que a rebelião se alastrou pelas províncias da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e pela comarca das Alagoas, mostrando a extensão da insatisfação e da rebeldia da parte norte do país. O autor chega a mencionar a tentativa sem sucesso desses para conseguir apoio da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos. Por fim, aponta que, apesar da instalação da república provisória liderada por Pernambuco, a experiência durou apenas 74 dias. E mais: “Comerciantes portugueses e proprietários de terra ajudaram na repressão ao movimento, pois temiam o haitianismo, isto é, o medo de levantes escravos bem-sucedidos como os que moveram a luta por liberdade e independência no Haiti” (idem, ibidem, p. 204).

Nesse sentido, primeiramente é necessário apontar que Cotrim faz uma análise muito diminuta sobre o movimento pernambucano e não toca em pontos como a interiorização na metrópole, a insatisfação concentrada no Nordeste e as outras províncias que aderiram ao levante. Além disso, em ambas as narrativas somente uma vez o tema no “haitianismo” foi proposto pelos autores, sendo que, de acordo com o que vimos, o medo de uma revolta escrava perpassava as cartas trocadas entre as autoridades do período. Outra vez, ao contrário da abordagem proposta por Cotrim, Boulos consegue trazer a perspectiva que é central nos movimentos contra a dominação que ocorrem no período: vários sujeitos históricos, com objetivos e projetos de futuro diferentes, compõem os estratos sociais e raciais desses movimentos.

Ademais, uma das indicações essenciais nas discussões sobre o período são as noções de nação e identidade nacional, reconhecidas por exemplo nas pesquisas de Gladys Sabina Ribeiro (2002). Apenas o manual redigido por Boulos traz uma breve menção, quase que indireta, a essa questão. O autor diz que após o Dia do Fico, “os jornais ligados a esse grupo político passaram a apresentar as lutas políticas como se fossem disputas entre brasileiros, partidários da Independência, e portugueses, defensores da recolonização, *quando na verdade havia brasileiros e portugueses tanto de um lado quanto do outro*” (Boulos, 2016, p. 207– grifo meu). A argumentação proposta por Boulos chama a atenção justamente para fatores apontados por Ribeiro. A autora defende que a noção de nação, e principalmente a noção de brasileiro, vai sendo gestada ao longo e depois do processo político que leva à independência do Brasil, de acordo com as disputas travada politicamente no cotidiano. Nesse sentido, os jornais lembrados por Boulos tiveram papel fundamental na construção das noções de nacionalidade e nação tanto no Brasil, como em Portugal. À época do Dia do Fico,

brasileiros consideravam-se portugueses da América; somente depois de decretada a independência é que a opinião pública e, posteriormente, a intelectualidade começam a fomentar a nacionalidade brasileira, em contraposição aos portugueses.

Por fim, cabe ressaltar que em nenhum dos manuais as disputas de projetos políticos que acontecem entre as elites americanas aparecem. O processo de independência é esvaziado de seus conflitos e as diferenças de projeto entre o Centro-Sul no país - beneficiados pelas relações iniciadas com a mudança da corte portuguesa para o Brasil, e unidos no projeto imperial de Dom Pedro – e a parte Norte, que possuía interesses distintos e, no caso de algumas províncias, relações comerciais mais fortes com Portugal do que com as outras províncias americanas; precisavam ser persuadidos a aderir ao projeto imperial.

3.2 “Conjuração Baiana” e “Revolta dos Búzios”: diálogos com a memória

Ao contrário do que acontece nas demais temáticas desenvolvidas pelos autores dos manuais, há uma mais acentuada diferença de abordagem entre Alfredo Boulos Júnior e Gilberto Cotrim quando se trata da Conjuração Baiana. Cotrim, como já mencionado, utiliza apenas meia página (2016, p. 168) para tratar do assunto; não contextualiza os fatores que poderiam ter levado à deflagração do movimento, tratando-o como extremamente tributário do movimento que acontecera dez anos antes em Minas Gerais. O autor defende que: “Inicialmente, alguns homens ricos e letrados participaram do movimento. Porém, eles se afastaram quando perceberam seu alcance popular” (Ibidem, p. 168). A partir disso, Cotrim articula um esquema explicativo bastante comum, mas nem tão coerente, no qual a Conjuração Mineira é considerada um movimento de elite, enquanto a Conjuração Baiana é tomada como popular. Novamente, como toda a narrativa de Cotrim no livro, ao tratar dos planos dos revoltosos, o autor nada comenta sobre as diferenças de objetivos e projetos dos diversos sujeitos e estratos sociais envolvidos no movimento.

Na sequência, Gilberto Cotrim relaciona o conteúdo presente nos panfletos colocados nos lugares públicos do Salvador aos ideais difundidos pela Revolução Francesa e defende que o governador da província, Fernando José de Portugal e Castro, procurou descobrir quem eram os autores. Por fim, menciona que mais de trinta participantes foram presos e processados – mas não menciona quem exatamente constituía esse grupo - e que, ao final, as penas mais severas caíram sobre os líderes mais pobres: “os alfaiates João de Deus e Manuel Faustino e os soldados, Lucas Dantas e Luís Gonzaga, apontado pelas autoridades do governo como provável autor dos panfletos” (idem, ibidem). Ademais, cabe ressaltar que, em chave bem distinta do que desenvolve a respeito da figura de Tiradentes alçado a herói - trazendo até mesmo o famoso painel “Tiradentes”, de 1949, de autoria de Cândido Portinari -, Cotrim não

articula a memória a respeito dos negros enforcados e esquartejados no movimento baiano e, além disso, não traz qualquer imagem para dialogar com a narrativa que constrói sobre o evento.

Alfredo Boulos, além do diálogo estabelecido com a pintura de Pedro Américo e a aquarela de João Teófilo para o caso anterior, como já foi mencionado, incorpora questões que envolvem o movimento, tratando-as de maneira mais contextualizada e não como tributárias do movimento mineiro. Boulos inicia explicando a situação que se encontrava a cidade do Salvador no período, argumentando que ela “e suas cercanias possuíam um comércio movimentado e cerca de 500 engenhos e lavouras em plena atividade”. No entanto, de acordo com o autor, a riqueza era concentrada e contrastava com a pobreza da maioria dos seus cerca de 60 mil habitantes. Boulos menciona a alta nos preços dos insumos de primeira necessidade, a proibição da instalação das manufaturas no Brasil e os impostos abusivos como fatores que geravam a insatisfação social e ressalta que foi, nesse contexto opressivo, que o grupo de rebeldes baiano afixou os pasquins em locais públicos, conclamando o povo baiano a participar de uma revolução contra a metrópole. Em seguida, afirma que assim que os cartazes foram descobertos, o governador, Dom Fernando José de Portugal, ordenou o início das investigações “e a prisão de dezenas de rebeldes: alfaiates, soldados, escravos de ganho, além de indivíduos de estratos sociais mais elevados, como o cirurgião Cipriano Barata e o farmacêutico João Ladislau de Figueiredo” (Boulos, 2016, p. 199). Por fim, o autor frisa que os indivíduos de camadas mais altas foram inocentados e “os soldados Lucas Dantas e Luíz Gonzaga das Virgens e os alfaiates João de Deus e Manuel Faustino foram enforcados e esquartejados na Praça da Piedade, em Salvador”.

Ademais, o autor traz uma gravura de autoria desconhecida, “Uniforme do Regimento dos Henriques Milicianos” (1802), regimento a que pertencia Luís Gonzaga das Virgens. Ao lado da imagem, Boulos argumenta que ao examinarem a caligrafia dos manuscritos apreendidos em Salvador, “as autoridades descobriram que ele era o autor de alguns dos mais importantes desses manuscritos”. Sobre isso, é interessante mencionar que em nenhuma das narrativas analisadas sobre o movimento baiano nesta seção a lisura do processo movido contra os conjurados que, de acordo com o que aponta Patrícia Valim (2007), é totalmente questionável, é levada em consideração pelos autores. Ou seja, as investigações sobre quem eram ou não os autores dos pasquins; as relações escusas do governador Fernando José de Portugal com as elites da cidade; e os senhores envolvidos que entregaram os escravizados sob seu domínio imediatamente após a descoberta do movimento, não são observadas pelos autores.

Figura 3 – Autoria desconhecida, 1802. Gravura. Fundação Biblioteca Nacional (Reprodução).



Se os manuais didáticos não reservam espaço significativo para a discussão articulada entre as memórias da Conjuração e as ressignificações feitas na contemporaneidade e, além disso, também não se aprofundam na problemática da heroicidade dos quatro líderes negros mortos e enforcados, o Projeto de Extensão Pedagógica sobre a revolta baiana realiza intensa relação entre a memória do movimento e já inicia o caderno de educação dedicando o volume “Aos nossos Heróis Nacionais: Luiz Gonzaga das Virgens, João de Deus do Nascimento, Lucas Dantas de Amorim Torres, Manoel Faustino dos Santos Lira.” O caderno define mais adiante que: “O Bloco Carnavalesco ILÊ AIYÊ ao comemorar os 200 anos da Revolta dos Búzios, o faz para declarar digna e honrosa a memória de Luís Gonzaga das Virgens, João de Deus do Nascimento, Lucas Dantas de Amorim Torres, Manoel Faustino dos Santos Lira e todos os seus descendentes” (Ilê Aiyê, 1999, p. 5).

A perspectiva de resistência contra a dominação, característica fundante da educação popular, apresenta-se desde o início na narrativa desenvolvida no caderno. O texto registra que desde os anos 1970, o movimento negro contemporâneo vem, através da dramaturgia, músicas e das artes plásticas, rememorando o importante fato histórico de 1798 e que o intuito do caderno é “resgatar esta memória e atualizá-la em nosso presente ainda tão cheio de violência e opressão contra a população de descendência africana”. Para tanto, escrito por intelectuais-ativistas negros, o Caderno se estrutura em três capítulos: o primeiro, denominado “A Revolta dos Búzios”, traz um texto do professor Antônio Jorge Godi, no qual se faz uma introdução, traçando o panorama da sociedade da época; o segundo capítulo, “A Trama e a Fala dos Envolvidos”, que reproduz documentos e depoimentos “da liderança da Revolta e do Poder Colonial”; e, por fim, “A Revolta e Contemporaneidade”, que traz uma leitura do pesquisador e professor Jônatas Conceição sobre o material produzido pelo movimento negro contemporâneo a respeito da Conjuração.

No primeiro capítulo, uma das primeiras coisas a serem destacadas pelo professor Antonio Jorge Godi é que “em nenhum momento da história brasileira um movimento de resistência nativista apontou para uma mudança social que incluísse numa perspectiva moderna o término da escravidão negra” (Ilê Aiyê, 1999, p. 7). O historiador elucida que mesmo os acontecidos em Minas Gerais, que consagraram Tiradentes como mártir da independência nacional, não contemplavam em seus propósitos o componente social afro-brasileiro. Daí se origina a importância que a Revolta representa na trajetória de resistência dos negros no Brasil.

Na sequência, o autor parte para delinear uma descrição espacial da cidade do Salvador no período e, após fazer a descrição geográfica, articula passado e presente, apontando que muitos dos lugares por onde circularam os atores sociais envolvidos na Conjuração ainda existem, ostentando os mesmos nomes de antigamente – São Miguel, Gravatá, Piedade, Fonte Nova, São Pedro, Poeira, Corpo Santo, Desterro, etc. Por fim, Godi conclui que, embora pisemos no mesmo chão dos nossos antepassados “nem sempre trilhamos esperançosamente seus caminhos e seus sonhos de igualdade e liberdade” (idem, ibidem, p. 8). Aqui se observa um recurso utilizado pelo professor ao longo da narrativa para articular a luta negra do passado e revigorar e fortalecer a cultura de resistência negra contra a dominação nos dias atuais.

Antonio Godi lembra ainda que a cidade do Salvador tinha uma população de cerca de 60 mil habitantes, dos quais 70% seriam africanos ou descendentes africanos. Em se tratando de uma cidade escravista, esses números faziam com que existisse um constante temor por parte “dos europeus colonialistas” que viviam ali. Em outro trecho, traz ao debate questões que também são apontadas pelo manual didático de Alfredo Boulos de forma menos aprofundada. Ele argumenta que, à época da Conjuração, a

economia de subsistência era negligenciada e alimentos básicos alcançavam preços altíssimos. Antonio Jorge aponta que isso se dava porque a economia se baseava no exclusivismo colonial e por isso a produção se voltava para o algodão, o fumo e o açúcar. Ademais, o autor menciona a influência da Revolução Francesa e a disseminação das ideias de “liberdade, fraternidade e igualdade” e a revolução industrial pela qual passavam outros países, a exemplo da Inglaterra; características essas que alteraram radicalmente as relações escravistas colonialistas, segundo Antonio Jorge.

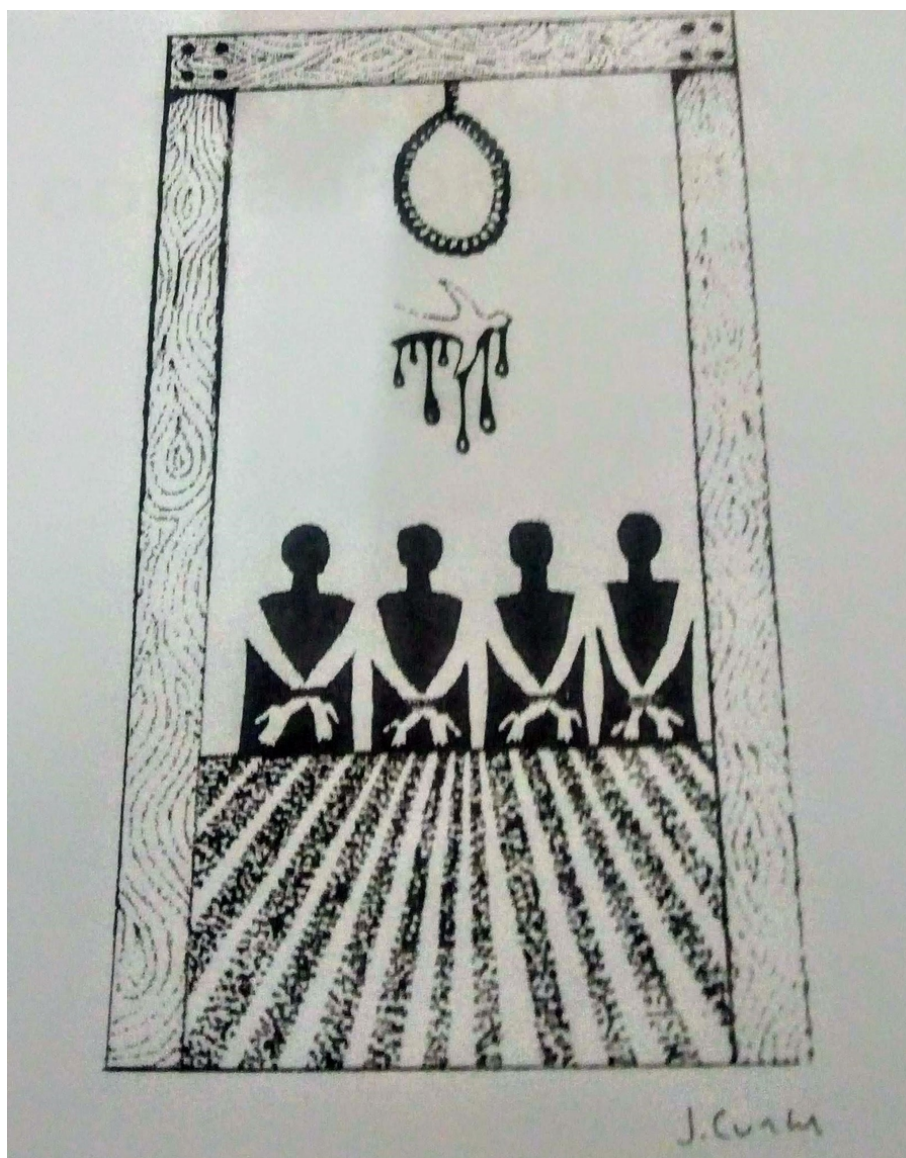
Adiante, o autor tenta responder questões impostas por ele mesmo na narrativa: “Quais os principais atores desse importante momento de nossa história?”; “Qual a cor étnica daqueles que receberam pena máxima manchando o chão soteropolitano com o sangue de seus corpos negros, enforcados e esquartejados?”; ou ainda, “Por que a historiografia brasileira, voltada para a resistência nativista, desprezou esse fato histórico em detrimento de outros, a exemplo da Inconfidência Mineira?”.

Como primeira observação, é importante reconhecer que diferentemente dos manuais didáticos que se direcionam para estabelecer um diálogo entre os movimentos mineiro e baiano através da diferenciação entre os status sociais e raciais que as compunham, Antonio Jorge opta por colocar em xeque os diferentes pesos que são dados pela historiografia entre esses dois eventos. Depois, o autor ressalta que a Revolta de Búzios é um fenômeno histórico estranho, porque não houve uma revolta explicitada em ações armadas, mas somente o anúncio de um projeto pluralista e democrático, abortado rapidamente pelo poder colonial. Nesse sentido, Antonio Jorge lembra que esse projeto plural contava com a liderança de africanos e afro-brasileiros escravizados ou libertos e por descendentes europeus inconformados com a monopolização do comércio portuário e a imposição de elevados tributos sobre as transações comerciais. A partir disso, o autor volta-se às informações sobre os 33 indiciados no processo e ao fato de que eles representavam as mais diversas camadas sociais da capital baiana, compondo uma pluralidade étnico-social inusitada. “Se não vejamos: 11 escravos, 5 alfaiates, 6 soldados de tropa paga, 3 oficiais militares, 1 negociante, 2 ourives, 1 bordador, 1 pedreiro, 1 cirurgião, 1 carpina e 1 professor” (ILÊ AIYÊ, 1999, 10).

Um fator importante de se mencionar na construção do livro é que ao longo de todo o texto são dispostas ilustrações assinadas por José Antonio Cunha e feitas especialmente para a composição do livro, uma vez ser ele, à época, o designer gráfico responsável pela ilustração do Caderno de Educação. José Cunha nasceu em Salvador, em 1948, tendo iniciado seus estudos no curso livre da Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia; artista plástico, figurinista, designer gráfico e cenógrafo, já participou de importantes bienais e exposições coletivas e individuais pelo mundo. Conforme informações disponíveis no site do artista plástico, “Seu trabalho se caracteriza pelo mergulho no imaginário das culturas afro-indígenas e popular

nordestina brasileira, através da pesquisa, assimilação e transformação num universo próprio, mítico e mágico, simbólico e intuitivo”⁷. Ademais, Jorge Cunha (J. Cunha) criou e assinou a concepção visual e estética do bloco Ylê-Ayê durante 25 anos, além de ter desenvolvido decorações para o carnaval de rua que acontece na cidade do Salvador. Nesse sentido, é essencial observar a coerência pedagógica do material produzido ao trazer, também na parte iconográfica, um importante personagem das pesquisas artísticas afro-brasileiras, articulando a representatividade do presente através das lutas passadas.

Figura 4 – Ilustração de J. Cunha para o Caderno de educação do Ilê Aiyê. (Reprodução).



⁷ Disponível em: <<http://universodejcunha.com.br/>>. Acesso em 29 Out. 2018.

Figura 5 – Ilustração de J. Cunha para o Caderno de educação do Ilê Aiyê. (Reprodução).



De volta ao conteúdo específico do primeiro capítulo, Antonio Jorge problematiza o fato de a historiografia e a antropologia brasileira insistirem em não colocar a Revolta dos Búzios entre as revoltas e rebeliões de escravizados da Bahia, mesmo que mais de um terço de seus participantes tenham sido escravizados, e mais da metade, afro-brasileira. No entanto, segundo o autor, partindo de uma “análise mais fria e equilibrada”, pode-se concluir que realmente a revolta não se tratava um movimento puramente afro-escravo e sim, de uma tentativa de mudança pluralista e democrática. Nota-se que o autor faz questão de frisar a importante composição diversificada que compunha o

movimento, com objetivos e interesses diferentes, mas sempre apontando para o fato de que quem exerceu a liderança no movimento foram os afro-baianos.

Outro ponto essencial a ser destacado é que, ao citar o historiador Florisvaldo Mattos e sua obra *A Comunicação Social na Revolução do Alfaiates* (1998), Antonio Jorge aponta que o episódio histórico foi marcado pelo poder moderno da comunicação oral, escrita e tipográfica e, nesse sentido, como também faz questão de rememorar Patrícia Valim (2007), chama atenção para o fato de que dos 33 presos e processados, mais os outros 16 chamados para averiguações, mais da metade sabia ler, numa cidade onde poucos liam ou escreviam. Nesse sentido, o autor aponta para um importante fator do período e que sem dúvidas proporcionou a difusão das ideias ilustradas que viam de outros países entre a pluralidade de sujeitos que compunham a revolta. Ainda nesse sentido, Antonio Jorge Godi reconhece que a Revolta se iniciou nos espaços da elite branca baiana, que tinha um maior acesso às informações advindas da Europa, as ideias revolucionárias francesas. Essa elite, visando obter apoio militar entre os soldados afro-brasileiros, passou a os convidar para essas reuniões e, a partir disso, outros componentes menos favorecidos da cidade passaram a ser incorporados também, como infantarias de pretos e pardos e escravizados.

Por fim, cabe mencionar que assim como os manuais didáticos, o autor não chega a falar sobre a maneira nebulosa com que o governador da cidade, D. Fernando José de Portugal, conduziu as investigações que chegaram à conclusão de que Luís Gonzaga das Virgens seria o autor dos pasquins sediciosos. No entanto, diferentemente dos livros de Boulos e Cotrim, Antonio Jorge não deixa de mencionar a segunda etapa da Revolta, uma reunião no campo do Dique do Desterro, marcada após a prisão de Luís Gonzaga, na qual poucas pessoas compareceram.

No segundo capítulo, “A Trama e a Fala dos Envolvidos”, abre-se uma oportunidade de desenvolvimento de um potente trabalho pedagógico em história, já que a seção reproduz fontes sobre o movimento baiano e, além disso, é traçado um perfil biográfico dos quatro principais líderes da Revolta dos Búzios. O primeiro, é o Boletim intitulado “Aviso ao Povo Bahinence”, retirado da obra “História da Sedição Intentada da Bahia em 1798” (1975), de Luís Henrique Tavares. Esse e os demais boletins são reproduzidos em sua obra. A compilação não assinada também apresenta depoimentos e falas dos envolvidos na Revolta, extraídos dos Autos da Devassa, constantes na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; além de apresentar um trecho da sentença imputada a Lucas Dantas e os demais presos da Revolta, transcritos do livro “Primeira Revolução Social Brasileira” (1978), de Affonso Ruy. Dentro disso, é interessante ressaltar a possibilidade trabalho dialógico que pode ser estabelecido a partir dessas

fontes que o Caderno de Educação reproduz, com vistas a estabelecer de maneira mais palpável acesso a elementos da realidade do envolvidos na Revolta baiana.⁸

No terceiro e último capítulo do caderno, “A Revolta e a Contemporaneidade”, o texto fica por conta do ex pesquisador, falecido em 2009, Jônatas Conceição. Era mestre em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia, já foi diretor da Associação Cultural Bloco Carnavalesco do Ilê Aiyê, editor do Caderno de Educação da Associação, e professor de literatura da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Ao longo do capítulo, ele analisa algumas ressignificações da memória da Revolta feita por grupos do movimento negro, expondo e analisando músicas do Bloco Olodum, do próprio Ilê Aiyê e um texto dramático escrito por Godi, pelo Grupo Palmares Yñaron.

Segundo o autor, a Revolta dos Búzios passa a ser difundida e popularizada, em Salvador, a partir do surgimento do Bloco Olodum, na década de 1980. Realizando suas atividades político-culturais na área do centro Histórico da cidade, próximo à rua João de Deus, o Olodum realiza “festivals especiais de música para lembrar ‘ao povo bahiense’ o importante fato histórico liderado por afro-baianos, em 1798”. Nesse sentido, o autor traz um trecho da música “Canto Sublime”, do cantor e compositor Betão, que vem afirmar que agora é o “Olodum quem fala” e fala para anunciar a Revolta. Na sequência, Jônatas Conceição traz uma canção do compositor Germano Meneguel, “Pelourinho, cultura africanizada”, na qual Germano relembra o quanto estava permeado de africanidade o Olodum, rememorando a jornada dos revolucionários da Conjuração. Na música, após lembrar a necessidade de lutar “com esforço e dinamismo” e pontuar a importância da Revolta, Germano Meneghel associa o nome mais popular da Revolta, João de Deus ao cancionário baiano, aos espaços físicos onde o Olodum trabalha, “relembra e ensina a história”: Bairro Maciel, situado no pelourinho, onde o Olodum foi criado, numa época em que o bairro era marginalizado e discriminado pela população baiana.

Em seguida, Jonatas recorda que essa retomada do tema da Revolta dos Búzios veio “poetizar musicalmente uma temática ensaiada no final dos anos 70, nos primórdios do movimento negro baiano contemporâneo, pelo Grupo Palmares Yñaron. De acordo com documento da época, o Grupo elucida que no texto dramático são apresentados “os principais momentos da revolta, o período em que são presos os seus principais conspiradores e a revolta é abortada”(Ilê Aiyê, 1999, p. 32). O texto se divide em cinco blocos: o primeiro, que leva o nome do grupo, e que introduz a temática e a situação em que se encontrava Salvador no período da Revolta; o segundo, “Panfletos”, reserva-se a falar sobre os pasquins afixados e sua repercussão em toda a cidade. O terceiro bloco, “Repressão”, em que a principal figura é o governador que, ao contrário do que vimos nos outros materiais que falam da Conjuração, aparece no texto dramático como

⁸ Disponível em: <<http://home.centraldocarnaval.com.br/bloco/bloco-olodum>>. Acesso em: 30 Out. 2018.

um personagem em tom lamentoso, que entende a situação pela qual passa a cidade, e também se indigna com a política implementada pela metrópole. Em dado momento, fala: “Ou será que vocês não sabem que a maior parte das riquezas que ocupam os cofres meus, passam em forma de ‘dízimos’, quintos, tributos e impostos para os bolsos europeus?” (idem, ibidem, p. 34). O governador, então, encarna os desejos da elite constantes nos planos da revolta, como a abertura dos portos e a vontade pelas manufaturas inglesas, enquanto o interlocutor, o povo, incorpora as vontades de igualdade e liberdade. O penúltimo bloco do texto, “Prisões”, relembra as prisões de Domingos e, depois, a de Luís Gonzaga das Virgens por ser considerado pelas autoridades o autor dos cartazes sediciosos. O texto então demonstra que, logo que ocorrem as prisões, os outros revolucionários marcam uma reunião, pois “o branco... digo o patrão, se interessa pela a produção... Pois como sempre queriam, das massas tirar proveitos... e nunca com elas, dividiremos os gordos efeitos”(idem, ibidem, p. 36). Por fim, no último bloco, “Revolta”, onde todos vão ao Campo do Dique, o texto se encerra da seguinte maneira: “E sob a noite clara da lua entendemos porque na revolta, se mostravam interessados... os ditos homens considerados”.

Sobre o texto de Godi, é interessante observar como o discurso dramático consegue trazer elementos sobre a Revolta dos Búzios que os textos formais nem sequer citaram, como as atitudes exitosas do governador da Bahia, que no texto representa a voz dos “considerados” da cidade, e a dicotomia criada entre os dois eixos da Revolta: o povo e a elite.

Na segunda parte do capítulo, “O Ilê Aiyê revisita ‘Búzios’”, o professor Jonas Conceição, volta-se para o próprio Bloco, mais especificamente para carnaval de 1991, no qual o Ilê se organizou em torno dos assuntos da Revolta. Segundo o autor, através de estamparias e canções, milhares de associados rememoraram a luta dos quatro principais revolucionários por “Direitos iguais e bem-estar social”, o que significava “entre outras reivindicações a Independência do Brasil e, principalmente, a Abolição da escravatura”. O pesquisador, então, reproduz as canções “Revolução”, de Willians Reis, e “A Esperança de um povo”, de Reginaldo Sacramento, Reizinho, nas quais os motivos mais enfatizados são os históricos relacionados à Revolta dos Búzios. A primeira: A luta negra/Sempre existiu/Na liberdade, Curuzu, Bahia, Brasil//Ilê espelho da revolução/ A Revolta dos Búzios/No seu desfilar/ Luis, Lucas, Manoel e João/Lutaram e morreram por estes ideais/Direitos iguais, bem-estar social/Difícil igualdade/Que a maioria sempre quis/Venha mais ligeiro fazer o planeta feliz// Ilê Ilê Ilê/ Ilê Ilê Aiyê/ O querer é o eterno poder. E a segunda: Num canto envolvente/Vai meu sentimento, levar a tristeza/Num ego expresso vejo o Ilê Aiyê/Símbolo da raça negra//Revolta dos Búzios/História passada/Deixaram mágoa em Salvador/E o povo bahianense leu o boletim dos revolucionários//Homens cidadãos/Ó povo curvado/ E abandonado pelo rei/ O Rei de Portugal//João de Deus, bravo guerreiro/Morreu enforcado, foi esquartejado/ Por

ser líder negro// A esperança de um povo/ Que vivesse melhor/Liberdade, Igualdade, respeito/Eu quero direito sem o preconceito//Liberta eu./Liberta eu não quero sofrer mais não/ Estou na beira do abismo correndo perigo/Cadê minha libertação?

Conceição faz uma análise dessas letras, destacando alguns pontos primordiais nas canções. O primeiro aspecto que o autor destaca sobre a primeira canção é a ideia de continuidade da luta negra pela libertação, já que ela se inicia dizendo que “A Luta Negra/Sempre Existiu” e, ao mesmo tempo que Willians particulariza o fato histórico na Bahia e no Brasil, também introduz a ideia da universalização da luta negra, que tornará “o planeta feliz”. O autor conclui a música com ideia de superação e permanência “sugeridas pela força do verso: ‘O Querer é o eterno poder’” (Ilê Aiyê, 1999, p. 42) Sobre a canção de Reizinho, Jônatas Conceição destaca que o aspecto que mais chama a atenção é a subjetividade do poeta que, em alguns trechos da canção, por esse envolver de tal maneira com o drama dos líderes negros assassinados, articula sua voz lírica com a do personagem da Revolta, João de Deus: “Liberta eu, que eu não quero sofrer mais não / Estou na beira do abismo correndo perigo / Cadê minha Libertação?”.

Por fim, cabe ressaltar que o trabalho educacional desenvolvido pelo Ilê Ayê é uma prática que antecede até mesmo a Lei n° 10.639, no que diz respeito ao resgate da história negra e o debate público sobre a temática. Sancionada em 2003, a Lei alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e incluiu no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da presença da temática da História e da cultura afro-brasileira e africana.

4 POSSIBILIDADES PARA OUTRAS ABORDAGENS: ‘A EXISTÊNCIA DE OUTROS MUNDOS’

O esforço de revisão bibliográfica e análise comparativa acerca de materiais didáticos diversos, tal como desenvolvido nos capítulos anteriores, teve como principal motivação as inquietações levantadas no decorrer da realização dos estágios obrigatórios do curso de licenciatura. O interesse pelos limites e potencialidades da prática docente no ensino de história, de fato, fez com que o apresentado até aqui não fosse suficiente. Nesse sentido, este último capítulo será dedicado à apresentação de um plano de aula que articule as problematizações e até mesmo os conteúdos debatidos anteriormente, bem como incorpore outras informações acerca do complexo processo de independência do Brasil. Para tanto, é preciso começar registrando alguns pressupostos teóricos adotados para o desenvolvimento do plano.

Tal como destacado por Ramallo (2014), as experiências humanas passadas são múltiplas e fragmentadas, de modo que as narrativas sobre elas deveriam seguir essa mesma característica. O pesquisador chama ainda atenção para o fato de que as diferentes culturas constroem suas próprias narrativas e representações do passado, dando coerência a essas significações no presente. No entanto, a tradição ocidental situa o nascimento dos saberes históricos no cenário espacial e temporal da Grécia antiga. Essa forma eurocêntrica de narrar a história ganha força a partir da modernidade e da colonização dos povos não europeus que se inicia nos séculos XV e XVI, buscando impor o reconhecimento de apenas um único modo de contar a história.

Nesse sentido, é interessante observar a estrutura epistêmica do mundo moderno analisada por Grosfoguel (2013), na qual é apontada uma íntima relação entre a construção do pensamento hegemônico do homem ocidental e os quatro genocídios/epistemicídios ocorridos ao longo dos séculos supracitados. O autor relaciona a conquista das Américas a quatro outros processos históricos: 1) a conquista de Al-Andalus pela monarquia espanhola sob o lema da “pureza de sangue”, utilizado contra mulçumanos e judeus e que derrubou a última autoridade mulçumana na península ibérica, o califado de Granada, no final do século XV, utilizando-se da queima de bibliotecas na região; 2) a extensão dos métodos utilizados em Al-Andalus aos ameríndios, com o extermínio indígena aliado à queima dos códices dessas populações; 3) a escravização de africanos nas Américas, durante a qual foram mortos milhões, e, aliado a isso, o esforço de impedimento de esses pensarem, rezarem ou praticarem suas cosmologias, seu conhecimento e sua perspectiva de mundo; e, por fim, 3) o assassinato de milhões de mulheres na Europa, acusadas de feitiçarias e que por possuírem um conhecimento xamânico ancestral, transmitido de forma oral, foram queimadas vivas como forma de eliminar essa epistemologia.

Outro ponto-chave desse pensamento hegemônico também é salientado por Francisco Ramallo, ao argumentar que a profissionalização da história como ciência se desenvolveu sob a perspectiva do positivismo e a consolidação do capitalismo no século XIX. A história exerceu função determinante na invenção moderna dos estados nacionais – fundamental para a consolidação dos mitos fundacionais - e para a dominação de outras existências por parte da cultura europeia. Todavia, se existe uma história hegemônica, também podem existir histórias contra hegemônicas como ferramentas de humanização e libertação desse domínio. “En otros términos, también podríamos decir que la historia precisa salir del círculo vicioso de la colonialidad y pensar en modos de narrar el pasado que busquen el respeto por la multiplicidad de existencias de este mundo” (Ramallo, 2014, p. 45).

Nessa linha, no artigo “Pedagogia Decolonial e Educação Antirracista e Intercultural no Brasil”, Oliveira e Candau (2010) argumentam que nos últimos anos a problemática da educação e das diferenças culturais tem sido objeto de inúmeros debates, pesquisas e reflexões, no Brasil e na América Latina. Segundo os autores, essa constatação se desenvolve a partir do crescimento das lutas dos movimentos negros e da emergência de novas produções acadêmicas sobre questões relativas à diferença étnica, ao multiculturalismo e às demandas culturais. Demonstram ainda uma preocupação em tratar as relações entre colonialidade e educação, ressaltando alguns conceitos que merecem espaço aqui. O primeiro deles é o pensamento crítico de fronteira, termo cunhado por Catherine Walsh, que consiste em visibilizar as lutas contra a colonialidade a partir das pessoas, das suas próprias práticas sociais, políticas e epistêmicas. No entanto, permanece a preocupação com o pensamento dominante, mantendo-o no horizonte de referências, mas o sujeitando ao constante questionamento e introduzindo neles outras histórias e modos de pensar. Esse conceito se mostra fundamental para os propósitos deste trabalho na medida em que ele, como apontam Oliveira e Candau, “permite construir variadas estratégias entre grupos e conhecimentos subalternos, como, por exemplo, entre povos indígenas e negros” (Idem, ibidem, pp. 25-26), permitindo que as outras formas de conceber o passado que foram marginalizadas, ocultadas e silenciadas se tornem referências epistemológicas na construção dos saberes e do conhecimento histórico (Ramallo, 2014).

Outro conceito fundamental trabalhado por Walsh (2004) é o da interculturalidade crítica, em contraposição às teorias multiculturais que não questionam as bases ideológicas do Estado-nação, incorporando as demandas e os discursos subalternizados pelo ocidente, dentro do aparato estatal em que o eurocentrismo epistemológico continua hegemônico. Nesse sentido, a interculturalidade crítica concebe que a construção de um novo espaço epistemológico deve ser feita a partir das pessoas que a sofreram a experiência epistêmica de submissão e silenciamento.

Um outro aspecto interessante de ser mencionado em relação ao giro epistêmico proposto por Francisco Ramallo (2014) é a necessidade de se reconstruir e desconstruir a ideia de que o conhecimento histórico só se realiza a partir da produção científica acadêmica. Na realidade, a produção de saberes acontece no cotidiano das aulas; através de um ensino dialógico e horizontalizado, tomado como uma prática da produção de saberes, permitindo desprendimentos da razão colonial. Dentro disso, a partir da formação do Estado brasileiro, existe um trabalho de contínua formação para uma identidade coletiva que se estabelece em torno da educação para generalizar a consciência histórica dos grupos dominantes.

Dessa forma, a articulação dos elementos da consciência histórica torna-se uma arma nas disputas em torno dos rumos da coletividade (Cerri, 2007, pp. 102-103). Quanto a isso, na linha do que argumenta Abud (2003), ao tratar da utilização de filmes no ensino – algo que pode se estender aos outros recursos didáticos iconográficos, musicais, midiáticos, etc –, a utilização de recursos didáticos variados possibilita a construção de conhecimento histórico, pois mobiliza operações mentais que conduzem o aluno a elaborar a consciência histórica, relacionada intimamente com a vida prática e que se constitui no objetivo maior do ensino de história. A ideia não é utilizar os recursos audiovisuais como forma de tornar apenas o conteúdo mais atraente, ou transmiti-lo de forma não escrita, mas que o conhecimento não seja entendido como algo dado pelas imagens ou por qualquer recurso didático. Em outras palavras, que seja constituído a partir de problematizações; e, no espaço escolar, essa construção se dá da interação horizontal entre professores e alunos (NASCIMENTO, 2008).

Dito isso, passo à exposição da estrutura do plano de aula para trabalhar os conteúdos voltados ao tema da independência do Brasil, para, em seguida, apresentar o próprio plano de aula em si, articulando de forma padronizada os processos necessários para a preparação. Por fim, é importante ressaltar que um dos objetivos do plano é articular e se utilizar de algumas das referências utilizadas nas outras seções do trabalho, justamente na tentativa de inserir novas discussões nesse processo.

A ideia é que a aula se organize em torno de dois momentos. No primeiro, serão articuladas as ideias referentes ao processo de crise que o sistema colonial passa a enfrentar no final do século XVIII e no início do século XIX, onde acontecem as independências de colônias espanholas, inglesas e portuguesas. O foco nas relações feitas com outras regiões será, sobretudo, com América Latina, priorizando as ações das classes subalternizadas, negros e indígenas, com base na bibliografia utilizada no primeiro capítulo de deste trabalho, sobretudo as experiências das milícias pardas em Cartagena e ação dos negros na Revolução de São Domingos.

Em seguida, parto para a atividade principal dessa primeira parte da aula, em que serão oferecidas diversas fontes relacionadas à memória da Inconfidência Mineira

(1789) e da Conjuração Baiana (1798) e, a partir da análise delas e das perguntas que guiarão o debate, o intuito é articular as diferentes construções que os heróis de cada movimento foram inseridos. Nisso, usaremos como principais referências o livro de Carvalho (1990), *A Formação das Almas*, no qual ele demonstra como a transformação de Tiradentes na figura cristianizada de herói foi um projeto das instituições estatais para criar um personagem que encarnasse a república proclamada sem a participação popular. Em relação à Conjuração Baiana, o interesse é pautar que a busca pela valorização da memória desse importante processo histórico foi reavivado, inicialmente, na década de 1970, pelos blocos afro-baianos, sobretudo o Bloco Olodum e para isso, utilizaremos a música “Conjuração Baiana” de Tonho Matéria, inclusive chamando atenção para a participação de mulheres no levante, e o projeto de Lei 5.819/2009, pautado pelo deputado federal Luiz Alberto (PT/BA) e sugerido pelo Grupo Cultural Olodum; a Lei 12.391, que elevou os heróis dos Búzios à Heróis da Pátria, foi sancionada em março de 2011 pela presidenta da República, Dilma Rousseff. Além disso, também será exibido um pequeno vídeo produzido pelo governo da Bahia, neste ano, em memória dos 220 anos da Revolta e que traz falas de homens negros e mulheres negras sobre os acontecimentos da Conjuração, articulando diversos aspectos da história e da memória do evento.

Por fim, cabe ressaltar que iniciaremos a discussão com os estudantes partindo do exercício iconográfico proposto no livro didático elaborado por Alfredo Boulos Júnior, entre a obra *Tiradentes Esquartejado*, pintura a óleo de Pedro Américo, de 1893 (Figura 1) e a aquarela do artista João Teófilo, publicada na capa da revista do Museu Nacional de História em 2015 (Figura 2). Em seguida, após o debate em torno dessas imagens e dos seus significados, a partir das questões que serão propostas - que serão expostas no plano de aula abaixo –, a aula partirá para uma fase expositiva, na qual articularei, a partir das discussões que vierem e com base no material exposto anteriormente e os ganchos que ele proporciona, as principais diferenças e semelhanças desses dois movimentos, suas bases sociais, a diferença de objetivo dos agentes envolvidos em cada um deles e, conseqüentemente, a forma que cada grupo interpretava os conceitos ilustrados que vinha a partir das influências externas, Revolução Francesa, Revolução Americana e, sobretudo, a Revolta de São Domingos e o medo que ela despertava nas autoridades portuguesas e espanholas, por se tratar de uma revolta negra, e por isso alargar os sentidos dos princípios de liberdade propostos pelo movimento propulsor francês.

A proposta é começar essa segunda parte da aula com a exibição de um pequeno vídeo retirado de uma série de 12 programas baseados na Revista em Quadrinhos *Dom João Carioca a Corte no Brasil*, de Spacca, escritor e ilustrador, e da historiadora Lília Moritz Schwarcz. Em vídeos de até cinco minutos, a série conta os principais fatos que ocorreram no período joanino, os 13 anos que Dom João esteve

no Brasil. O vídeo selecionado, “Nos tempos de Bonaparte” tem duração de 5,32 minutos e é o primeiro da série. O intuito é dar uma pausa na exposição oral e ilustrar o contexto de transferência da Corte para o Brasil, os acontecimentos que levaram a essa mudança.

Em seguida, a ideia é articular o conceito de interiorização da metrópole, assim denominado pela historiadora Maria Odila Dias, que deriva da mudança da família real para o Brasil e as relações mercantis que Dom João e sua corte estabeleceram com as elites do Centro-Sul – Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro –, o que, juntamente com as mudanças nas atribuições coloniais providas pela transferência da corte, como a abertura dos portos e o estabelecimento de órgãos político-administrativos no Rio de Janeiro. Trata-se de mostrar que, a partir do fato de a colônia passar a exercer a função da metrópole, foi criada uma fratura no esquema de funcionamento do Império Português, gerando conflitos de interesse em diversos níveis. O primeiro configura-se na diferença de interesses entre as elites do Centro-Sul, beneficiadas com a mudança da família real para o país, as relações que com ela estabeleceu e a autonomia administrativa e comercial que, ao fim, é o que propulsiona esse grupo a desejar se separar definitivamente de Portugal, visto que as intenções das Cortes Constituintes estabelecidas após a Revolução Liberal do Porto (1820) era a recolonização do país que, na prática, já havia deixado de ser colônia com a elevação à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves. Por outro lado, o clima de insatisfação no resto país, principalmente na região Nordeste era alto, e esse grupo enxergava o Rio de Janeiro como o novo agente da exploração e da opressão que explorava as outras partes do território. Nesse sentido, apontaremos essa diferença de interesses como um dos principais fatores que gera a Revolução Pernambucana (1817), o que, de acordo com Luiz Carlos Villalta (2003), inaugura esses conflitos, visto que se começa a ter percepção dos antagonismos existentes entre colonizados e colonizador. Ademais, com o apoio do texto de André Marcos Machado (2005), a proposta é mostrar que as possibilidades não estavam circunscritas a adesão às Cortes de Lisboa, ou ao projeto personificado em Dom Pedro I; existia a alternativa da formação de um bloco regional aventado pelas elites das províncias do Pará, Maranhão, Mato Grosso, Piauí e Goiás que recupera áreas de influência coloniais que, embora enfraquecido no período, foi o suficiente para se pensar uma alternativa aos projetos do Sul e de Portugal.

Além disso, um dos fatores preponderantes nesse período são discussões em torno da nacionalidade que, como se viu na análise dos materiais didáticos propostos, pouco são tocadas. Com o auxílio teórico de Gladys Sabina Ribeiro (2002), o intuito é desenvolver a ideia de que não existia, à ocasião da independência, uma nacionalidade pronta, gestada, e sim que esse processo se deu após a proclamação, como forma de sustentar e legitimar o novo status político do Brasil, em conflito com as agentes e grupos sociais nela envolvidos.

Em seguida, abordarei as tardias adesões ao projeto de Independência de Dom Pedro no Pará e na Bahia, fortemente influenciadas pela dissolução definitiva das Cortes Lisboetas. Apontarei que, no caso dessas províncias, o intuito das elites, por questões inclusive geográficas, estava mais próximo à manutenção dos laços com Portugal, inclusive com o envio de tropas lusitanas para defender esses territórios, como aconteceu na Bahia.

Por fim, com o auxílio da obra de André Marcos Machado (2005) e Marcus Carvalho (1998), a proposição é exemplificar as ações de negros e indígenas com projetos próprios de futuro e despertando um alto temor nas elites, desencadeando até mesmo adesão de algumas delas ao projeto de Dom Pedro, pelo medo de não conseguir se conter uma possível revolta popular no clima efervescente daquele período. Nesse sentido, chamarei atenção para o papel central dos Tapuios no Pará, somado à grande fuga de escravizados do Grão-Pará da década de 1820. Ademais, serão incorporadas as estratégias de resistência escrava reconhecidas por Marcus Carvalho (1998) e que demonstram a existência de comunicação entre os escravizados das províncias do Pará e de Pernambuco. Além disso, também comentarei sobre a importância do Quilombo de Malunguinho para os escravizados da região.

4.1 Plano de aula

Plano de aula para o ensino médio, etapa em que a independência do Brasil está prevista como conteúdo programático a ser desenvolvido em sala.

Tema principal a ser abordado: O processo de Independência do Brasil

Duração formal da aula: 100 minutos. Utiliza-se o tempo que totaliza duas horas/aula, visto que esse período é, basicamente, o que dispõem os professores da rede pública para desenvolver a temática proposta.

Objetivo: A partir da utilização dos principais recursos didáticos expostos abaixo e com o auxílio da bibliografia relacionada, o objetivo geral é proporcionar uma leitura mais apropriada do que compõem o complexo e multifacetado processo de Independência de Brasil e demonstrar que a partir das discussões que possivelmente acontecerão em sala é possível, através dessa interação, produzir conhecimento histórico. Para isso, os objetivos específicos são: apresentar um quadro do período que permita identificar os múltiplos grupos sociais envolvidos nesse processo e, consequentemente, a variedade de projetos de futuro que cada um deles pretendia; questionar a figura de herói de Tiradentes em contraposição à memória dos quatro líderes negros da Conjuração Baiana; demonstrar que as ideias ilustradas vindas de fora foram ressignificadas por esses grupos e, em alguns, tiveram seus significados alargados por eles e, junto isso, apontar que a Revolta de São Domingos teve influência primordial no

temor das elites brasileiras; demonstrar que negros e indígenas desenvolveram lutas e projetos próprios, não passivos ou submissos aos objetivos da elite e, além disso, influenciaram de forma decisiva no processo de independência arquitetado entre as elites por impor o medo de uma sublevação social, fazendo com que elas aderissem o projeto; e, por fim, apontar para o fato de que o projeto vencedor na disputa pela independência foi gerido pelas províncias do Centro-sul, sendo que províncias como Pará e Bahia só aderiram ao projeto mediante pressão das tropas imperiais e o perigo de uma sublevação de massas.

Materiais didáticos a serem utilizados: um notebook, um projetor, uma caixa de som e internet.

Recursos didáticos:

i. Vídeo produzido pelo governo do estado da Bahia em memória dos 220 anos da Conjuração Baiana – disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=c4Aodp_FtbU

ii. Música de Tonho Matéria, “Revolta dos Búzios” (2013) - disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5gSdhZYfX2w>

Letra: Vou contar uma história para quem quiser ouvir/ Salvador era colônia, capital do Brasil/Tempo da mineração em que o ouro era potência/E o cultivo da cana de açúcar em plena decadência// Foi nas bandas da Bahia, foi nas bandas da Bahia ai meu Deus! Que eu ouvi falar/Do primeiro movimento político popular da história do Brasil, do Brasil colonial//A Conjuração Baiana, chamada de Argolinhas/Foi a Revolta dos Búzios movimento social/Que juntou negros e brancos, pobre e ricos de valor/ Pra lutarem contra a força do sistema opressor// A crueldade era tamanha violência e escravidão/Negro não tinha sossego era como se fosse ladrão/Na verdade eram alfaiates, soldados e artesão//Êh! É hora é hora/lê é hora é hora camará/lê vamos embora/lê vamos embora camará/Ai ai ai ai ô que lelê/Lalailailá ô que lelê//Já mandei chamar Lucas Dantas pra jogar/Já mandei chamar Manuel Faustino pra jogar/Já mandei chamar Luis Gonzaga das Virgens/Já mandei chamar João de Deus pra jogar// Já mandei chamar Luiza Francisca pra jogar/Já mandei chamar Lucréia Maria pra jogar/Já mandei chamar Domingas Maria do Nascimento/Já mandei chamar Ana Romana e Vicência pra jogar// Capoeira na Bahia, dentro do canaviá/Com Bugalho, Najé e Zacarias/Pra enfrentar a cavalaria/Capoeira pra jogar

iii. Lei 12.391 - disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1027083/lei-12391-11>, somado a um trecho da justificativa de Luiz Alberto para a lei: “Certamente foi através de conversas e encontros informais que os participantes de classe mais baixa entraram em contato com os possuidores de ‘livros franceses’ e daí obtiveram os textos que foram copiados manuscritos e achados entre os pertences

dos acusados. Somos descendentes de revolucionários e não temos o direito de nos esquecer disso. Vivemos sobre um chão em que correu o sangue derramado em revoltas, que, sem dúvida alguma, contribuíram para que o Brasil se libertasse de Portugal. Em nosso país ser negro ou negra também é ter a consciência de que muitos morreram para que se esteja vivo e livre” – disponível em: <http://www.institutobuzios.org.br/documentos/Cartilha%20Her%C3%B3is%20Negros%20do%20Brasil.pdf>

iv. Dom João no Brasil, episódio 1; “Nos tempos de Bonaparte”, produzido em parceria com a historiadora Lilian Schwarcz e Spacca - disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vMCGkrGB9E4>

Metodologia:

1º. 15 primeiros minutos de aula: Será feita uma apresentação oral sobre a proposta de aula e como ela se seguirá e, em seguida, exposição sobre o processo de declínio sofrido pelo sistema colonial e seus efeitos nas colônias espanholas e portuguesas, articulando a ação dos negros na Revolução de São Domingos e as milícias pardas em Cartagena, como forma de demonstrar que esses grupos também tiveram um papel preponderante em outras regiões da América.

2º. 15 minutos: Exposição e contextualização das obras de Pedro Américo e de João Teófilo, já citados acima, e discussão mediada pelo docente a partir das seguintes questões: O que lembra a disposição do corpo esquartejado de Tiradentes? A sua fisionomia se assemelha a quem? Qual você acha que é o intuito do autor ao pintá-lo dessa forma? Visto que a obra de João Teófilo foi produzida bem depois, 2015, qual você considera que seja o objetivo do autor? O que a comparação entre as imagens releva para você? Quais são suas semelhanças e diferenças? A intenção é ouvi-los e mediar a discussão de modo a utilizar parte das considerações feitas por eles no momento seguinte da aula.

3º. 20 minutos finais dessa primeira parte da aula: A proposta é fazer uma exposição oral desenvolvendo os acontecimentos referentes aos dois processos históricos, Inconfidência Mineira (1789) e Conjuração Baiana (1798), articulados sempre em conjunto com a memória em relação aos seus mártires no presente, utilizando como base o trabalho de José Murilo de Carvalho a respeito do movimento institucional brasileiro em torno de transformar Tiradentes em herói da república brasileira, juntamente com exibição do pequeno vídeo produzido pelo governo do estado da Bahia, “REVOLTA DOS BÚZIOS, com total de 3,7 minutos. Como tentativa de deixar que os povos contem suas próprias histórias e dar visibilidade ao protagonismo dos blocos afro no ensino de histórias negras em espaços públicos, também será reproduzida, juntamente com a prévia distribuição da letra, a música de Tonho Matéria, “Conjuração Baiana”, com o total de 4,18 minutos, chamando atenção para o fato da participação feminina no movimento e de várias classes sociais, alargando a percepção sobre as

bases do movimento. Além disso, ao longo da exposição, mediante o uso da ferramenta Google Earth, serão utilizadas também imagens das atuais Praça da Piedade, em Salvador, e Praça Tiradentes, em Ouro Preto, como locais de memória da violência contra os vitimados pela repressão, e trechos da Cartilha produzida pelo Instituto Búzios a respeito da Conjuração Baiana e que traz os folhetos espalhados pelo movimento e sua transcrição. Por fim, promove-se uma síntese sobre os dois movimentos estabelecendo suas principais semelhanças e diferenças.

4º. 15 minutos: Aqui se iniciará o segundo momento da aula, com a exibição do vídeo retirado da série de 12 programas baseados na Revista em Quadrinhos Dom João Carioca a Corte no Brasil de Spacca, escritor e ilustrador, e da historiadora Lilia Moritz Schwarcz. A partir da exibição do vídeo, a proposta é desenvolver o conceito de interiorização da metrópole - perpassando pela abertura dos portos, as reformas administrativas e culturais, a elevação do Brasil a Reino Unido à Portugal e Algarves – mas ressaltando os efeitos supracitados: diferença de interesses entre as regiões/elite do país, Revolução Pernambucana (1817). Em seguida, inserir a discussão sobre nacionalidade a partir das consequências da Revolução Liberal do Porto (1820).

5º. 20 minutos: Nessa última parte, a proposta é realizar um giro epistêmico a partir da apresentação das ações de indígenas e negros, relacionado com a realidade espanhola - já mencionada na primeira parte da aula –, problematizando as possibilidades de reconhecimento de seus protagonismos nas tensões políticas que levaram parte das províncias do Norte do país a aderirem ao projeto imperial do Centro-Sul. Nesse sentido, também comentaremos as adesões tardias do Pará e da Bahia. Além disso, busca-se demonstrar que, apesar de a Independência do Brasil ter sido arquitetada pelas elites e em prol delas, os grupos subalternizados levaram a cabo suas lutas independentes que, justamente por não ser submissas aos projetos de elite, ultrapassaram o limite temporal de 1822. Para isso, serão acionadas as informações dos textos de Marcus Carvalho (1998) e André Machado (2005), chamando a atenção para o papel central dos Tapuios no Pará, somado a grande fuga de escravizados do Grão-Pará na década de 1820. Ademais, haverá um esforço para também pontuar acerca das estratégias de resistência escrava, a fim de demonstrar a existência de comunicação política entre os escravizados das províncias do Pará e de Pernambuco, com destaque para o Quilombo de Malunguinho, nesta última. Por fim, como forma de aprofundar a exposição, mostrarei os versos cantados quando Pedroso, após a independência, em 1823, toma a cidade de Recife de surpresa, com o auxílio das tropas e das massas, de maioria negra: “Marinheiros e caiados, /todos vão acabar, /porque só pardos e pretos, /o Brasil hão de habitar”. A intenção é gerar uma reflexão a respeito das identificações raciais que já existiam nesse período, e instigar a curiosidade acerca dos grupos que estiveram à margem do processo de independência das elites, mas

que não se mantiveram submissos a esse projeto e, com isso, enfatizar os limites dessa emancipação política.

Observação: a organização da aula foi planejada tendo 15 minutos de antecipação do término, logo, 85 minutos totais, levando alguns fatores em consideração: tanto a saída comum das turmas, em média, 5 minutos antes para o lanche, quanto a saída antes das últimas aulas do turno, pois, a partir das experiências em estágio obrigatório, percebi que muitos alunos possuem compromissos extraclasse e acabam tendo de sair mais cedo nos últimos horários, inclusive com a autorização prévia da direção. Além disso, a antecipação também é uma forma de prevenção contra eventuais problemas ou complicações que possam atrasar o transcorrer do cronograma.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática de independência do Brasil vem, desde a virada do século XXI, segundo Hendrik Kaay e Jurandir Malerba (2010), passando por uma renovação das discussões historiográficas, por meio da qual se deu maior atenção às experiências de independência hispano-americanas, trazendo novas possibilidades para discussões sobre a temática. Somado a isso, a eclosão do movimento pós-estruturalista fez com que questões até então impensáveis fossem colocadas no centro do debate, como a participação popular, inflexões de raça e de cor, difusão da cultura de imprensa, entre outras problemáticas (Malerba, 2005).

No entanto, ao analisar os materiais didáticos inseridos na educação básica do Distrito Federal, vimos a necessidade de uma abordagem realmente crítica que problematize os sentidos construídos e reproduzidos pelos mitos fundadores da nação, identifique os diferentes projetos de futuro em disputa na sociedade colonial de fins do século XVIII e início do XIX e reconheça a ação de sujeitos e grupos não apenas da elite, mas aqueles considerados subalternos, como os agentes históricos de origem africana, indígenas e mulheres.

Nesse sentido, foi possível observar que o diálogo e a interação entre os diversos materiais, recursos didáticos e modalidades educacionais distintos, observados no trabalho, pode proporcionar desprendimentos da razão colonial e o desenvolvimento da temática em sala de aula de forma mais completa. Exemplo disso, é que dos materiais consultados sobre a Conjuração Baiana (1798), inclusive os escritos acadêmicos de Patrícia Valim (2007), a menção a participação de mulheres no movimento aparece apenas na canção “Revolta dos Búzios” (2013), de Tonho Matéria.

Por fim, cabe apontar que futuras pesquisas que envolvam a análise de um número maior de manuais selecionados pelo PNLD, ou que desenvolvam trabalhos comparativos entre as histórias nacionais de países latino americanos, a partir da análise de livros didáticos, podem contribuir significativamente para o aprofundamento das discussões que relacionam o ensino de história e o processo de independência do Brasil e auxiliar na formação de uma consciência histórica desprendida dos mitos fundacionais fomentados pelas narrativas tradicionais.

REFERÊNCIAS

- ABUD, K. M. A construção de uma Didática da História: algumas idéias sobre a utilização de filmes no ensino. **História**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 183 – 193, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v22n1/v22n1a08.pdf>>.
- ANDREWS, G. R. **Los afroargentinos de Buenos Aires**. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1989.
- ANSALDI, W.; GIORDANO, V. **América Latina. La construcción del orden**. Buenos Aires: Ariel, 2012.
- BOULOS JÚNIOR, A. Emancipação política do Brasil. In: _____. **História, Sociedade e Cidadania**. 2. ed. [S.l.]: FTD, 2016. v. 2, cap. 10, p. 195 – 210.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **PNLD**. 2018c. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld>>. Acesso em: 03 dez. 2018.
- CARVALHO, J. M. de. **A Formação das Almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, M. J. Rumores e rebeliões: estratégias de resistência escrava no Recife, 1817-1848. **Tempo**, v. 3, n. 6, Dezembro 1998. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg6-5.pdf>.
- CERRI, L. F. Os Conceitos de consciência histórica e os desafios da didática da história. **Revista de História Regional**, v. 6, n. 2, p. 93 – 112, 2001. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2133/1614>>.
- COSTA, E. V. da. **Da Monarquia à República**. 6. ed. São Paulo: Unesp, 1999.
- COTRIM, G. Independência do Brasil. In: _____. **História Global**. 3. ed. [S.l.]: Saraiva, 2016. v. 2, cap. 13, p. 160 – 175.
- GRINBERG, K. **O fiador dos brasileiros – Cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.
- GROSFOGUEL, R. Racismo/sexismo epistémico, universidades occidentalizadas y los cuatro genocidios/ epistemicidios del largo siglo XVI. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 19, p. 31 – 58, Julho/Dezembro 2013. Disponível em: <<http://www.revistatabularasa.org/numero-19/02grosfoguel.pdf>>.
- ILÊ AIYÊ. **Caderno de Educação do Ilê Aiyê - Revolta dos Búzios**: 200 anos. Salvador, 1999. v. 7.
- JAMES, C. L. R. **Os jacobinos negros**: Toussaint l’ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo, 2010.
- LYNCH, J. As origens da independência da América Espanhola. In: _____. **História da América Latina**: da independência a 1870. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão; São Paulo: Edusp, 2009. v. 3, p. 19 – 72.

LYRA, M. de L. Apresentação e O novo império lusitano. In: _____. **A utopia do poderoso império**. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1994.

MACHADO, A. R. de A. As esquadras imaginárias. In: _____. **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Hucitec, 2005. p. 303 – 343.

MALERBA, J. As Independências do Brasil: ponderações teóricas em perspectiva historiográfica. **História**, Franca, v. 24, n. 1, p. 99 – 126, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742005000100005&lng=en&nrm=iso>.

MALERBA, J.; KRAAY, H. Festejar e repensar a Independência: um balanço. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 366 – 373, Julho/Dezembro 2010. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/8768/6152>>.

MARANDINO, M. Faz sentido ainda propor a separação entre os termos educação formal, não formal e informal? **Ciência & Educação (Bauru)**, Bauru, v. 23, n. 4, p. 811 – 816, Dezembro 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132017000400811&lng=en&nrm=iso>.

MÚNERA, A. **El fracaso de la nación. Región, clase y raza en el caribe colombiano: 1717-1810**. Bogotá: Banco de la República, El Ancora Editores, 1998.

NASCIMENTO, J. Cinema e Ensino de História: realidade escolar, propostas e práticas na Sala de Aula. **Fênix, Revista de História e Estudos Culturais**, v. 4, n. 2, p. 1 – 23, 2008. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/PDF15/Artigo_05_%20ABRIL-MAIO-JUNHO_2008_Jairo_Carvalho_do_Nascimento.pdf>.

OLIVEIRA, L. F. de; CANDAU, V. M. F. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, p. 15 – 40, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scieloOrg/php/articleXML.php?lang=es&pid=S0102-46982010000100002>>.

RAMALLO, F. Enseñanza de la historia y lecturas descoloniales: entrecruzamientos hacia los saberes de otros mundos posibles. **Revista Entramados. Educación y Sociedad**, n. 1, 2014. Disponível em: <<http://fh.mdp.edu.ar/revistas/index.php/entramados/article/view/1077/1129>>.

RIBEIRO, G. S. **A liberdade em construção. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado**. Rio de Janeiro: FAPERJ/Relume Dumará, 2002.

RODRÍGUEZ, J. E. **La revolución política durante la época de la independencia. El reino de Quito (1808-1822)**. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, Corporación Editora Nacional, 2006.

SCHWARTZ, S. B. “Gente da terra braziliense da nasção”. Pensando o Brasil: a construção de um povo. In: _____. **Viagem incompleta – A experiência brasileira (1500-2000) Formação da História**. São Paulo: SENAC, 2000.

VALIM, P. **Da Sedição de Mulatos à Conjuração Baiana de 1798: a construção de uma memória histórica**. 2007. 243 p. Dissertação (Pós-graduação em História Social) — Universidade de São Paulo.

VILLALTA, L. C. Pernambuco, 1817. **Revista USP**, São Paulo, n. 58, p. 58 – 91, Agosto 2003. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/33850/36583>>.

WALSH, C. Introducción. (Re)pensamiento crítico y (de)colonialidad. In: _____. **Pensamiento crítico y matriz (de)colonial**: reflexiones latinoamericanas. Quito: UASB-AbyaYala, 2004. p. 13 – 35.